



# Revista Estratégica

Ano II, Dezembro de 2020 - Número 02 - [www.caecplp.org](http://www.caecplp.org)



**Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países  
de Língua Portuguesa**

## **Sobre o Autor**

O Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, abreviadamente designado por CAE/CPLP é um órgão da componente de Defesa da CPLP, responsável pela pesquisa, estudo e difusão de conhecimentos, no domínio da Estratégia, com interesse para os objectivos da Comunidade.

O CAE/CPLP tem como objectivos contribuir na promoção da pesquisa, reflexão e intercâmbio de conhecimentos, tendo em vista a interpretação, actualização e aplicação de doutrinas e procedimentos estratégicos na área da Defesa, de interesse comum; Promover o estudo de questões estratégicas de interesse comum que habilitem a tomada de posições concertadas nos diversos fora internacionais; Promover e desenvolver estudos e projectos de investigação sobre Estratégia na área da Defesa, tendo em consideração as necessidades dos Estados Membros; Promover o intercâmbio e a cooperação com Centros de Estudos de interesse para CAE/CPLP, dentro e fora da Comunidade; e Promover o arquivo e a divulgação de estudos e documentos no âmbito das suas actividades.

## **Aviso Legal**

Publicado pelo Centro de Análise Estratégica da CPLP  
Rua Coronel Aurélio Benete Manave, n°383, Maputo - Moçambique  
Tel.: +25821089743  
Email: [secretaria@caecplp.org](mailto:secretaria@caecplp.org)  
ISSN 2706-8056

---

## Nota Editorial

A Revista Estratégica é uma publicação anual do CAE/CPLP que visa difundir os estudos e projectos de investigação sobre Estratégia na área da Defesa, desenvolvidos pelo CAE/CPLP e diferentes instituições académicas parceiras do CAE/CPLP, tendo em consideração as necessidades dos Estados Membros. Através das parcerias firmadas pelo CAE/CPLP com instituições de ensinos e académicos, foi possível nesta edição criar um Conselho Editorial, que constitui um passo em frente na consolidação da Revista Estratégica como uma referência nos estudos estratégicos na CPLP.

Com esta revista espera-se que contribua para reflexão e acção estratégica da comunidade de modo que seja assertiva e exercida de modo prospetivo, para actuar como um factor de prevenção contra ameaças e riscos, sempre presentes nas nossas sociedades cada vez mais vulneráveis. E relança o CAE/CPLP como um actor difusor de sistema de alerta aos órgãos decisores.

A Revista Estratégica constitui um instrumento para que o CAE/CPLP atinja seus objectivos e contribua com a tarefa de difusão de conhecimentos.

Boa leitura!



Francisco **EVANDRO** Rodrigues Camelo  
(*Capitão-de-mar-e-guerra*)  
Director do CAE/CPLP

---

# **FICHA TÉCNICA**

## **PROPRIEDADE**

CAE/CPLP

## **DIRECTOR DO CAE/CPLP**

Capitão de Mar e Guerra Francisco EVANDRO Rodrigues Camelo

## **EDITOR CHEFE**

Alferes Alberto Norberto Chongo

## **CONSELHO EDITORIAL**

Dr. Vinicius Mariano de Carvalho – Diretor King's Brazil Institute - King's College  
London

Dra. Nayanka Perdigão – African Leadership Center – King's College London

Prof. Laura C. Ferreira Pereira – Diretora do Dept. de Relações Internacionais –  
Universidade do Minho

Prof. Dr. Danilo Marcondes – Escola Superior de Guerra - Brasil

Maísa Edwards - Doutoranda no Joint International Relations Programme King's  
College London e University of São Paulo.

## **COLABORAÇÃO**

Dr. Vinicius Mariano de Carvalho – Diretor King's Brazil Institute - King's College  
London

Kamilla Raquel Rizzi – Professora Associada I de Relações Internacionais da

Luís Manuel Brás Bernardino – Tenente-Coronel de Infantaria das Forças Armadas  
Portuguesas e Investigador Doutorado do Centro de Estudos Internacionais da  
Universidade de Lisboa (CEI-IUL).

CEEX – Centro de Estudos Estratégicos do Exército (Brasil)

Maísa Edwards - Doutoranda no Joint International Relations Programme King's  
College London e University of São Paulo.

## **MAQUETIZAÇÃO**

**M.H Tecnologias & Serviços, Lda.**

## **DIVULGAÇÃO**

CAE/CPLP

---

# ÍNDICE

Triângulo Estratégico da CPLP: A Centralidade.....	<b>2-14</b>
Uma Nova Visão Estratégica para a Cooperação na área da Defesa na CPLP.....	<b>15-24</b>
A New Strategic Vision for the Defense Cooperation in CPLP.....	<b>25-30</b>
A “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”: Uma Visão ampliada para a Cooperação em Defesa.....	<b>31-71</b>
Perspectivas de Conflitos no Atlântico Sul: Reflexos para a Defesa Nacional.....	<b>72-85</b>
Brazil, between the ZOPACAS and NATO.....	<b>86-104</b>
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	<b>105-108</b>

---

# Triângulo Estratégico da CPLP: A Centralidade de Moçambique e sua Importância Geoestratégica

CMG FRANCISCO RODRIGUES EVANDRO CAMELO

TEN. BONIFÁCIO ALBERTO CAU

TEN. RONALDO ATANÁSIO CHISSANO

ALF. ALBERTO NORBERTO CHONGO

ALF. JOSÉ ABÍLIO SITÓE

VALÉRIA DE SOUSA ISRAEL UAMBA

ERNESTO ABÍLIO WATE

## INTRODUÇÃO

Ao falar da CPLP e os oceanos que envolvem os países membros, somos forçados a recuar para os anos de 2007 e 2009, pois, foi nesta altura que a CPLP sentiu a necessidade de centrar-se na estratégia de comunidade para os oceanos. No mesmo período, levantou-se uma série de objectivos com o intuito de pensar estrategicamente a respeito da cooperação na esfera da defesa e segurança.

A comunidade lusófona está ligada ao mar, na sua génese, geografia e história. Assim

sendo, esta estratégia da CPLP para os oceanos vem transmitir a importância dos mares e oceanos para a dinâmica da população na CPLP e dos demais Estados, visto que a relação entre os Países membros é uma relação do passado, presente e acima de tudo do futuro.

A cooperação para os oceanos na CPLP é interministerial, e a defesa desempenha um papel central para a efectividade da cooperação no âmbito dos oceanos. A estratégia da CPLP para os oceanos foi idealizada em 2007 numa resolução de ministros e teve uma actuali-

zação em 2009. A ideologia da CPLP no início estava associada a construção de um triângulo estratégico clássico que tinha o oceano atlântico como o centro de gravidade, ligando três continentes, Europa, África e América, o triângulo seria, neste caso, a união linguística, económica e de defesa, com a ideia geral era de unir os países baseando-se no conceito de lusofonia, história e cultura.

Actualmente, o oceano Índico representa um cenário que não se pode ignorar no desenvolvimento dos países da CPLP, caracterizando-se como o novo centro de gravidade da comunidade, que permite maior destaque de Moçambique como ponto focal, assim como a inclusão de TimorLeste no triângulo estratégico.

Esta mudança no centro de gravidade não é só por razão

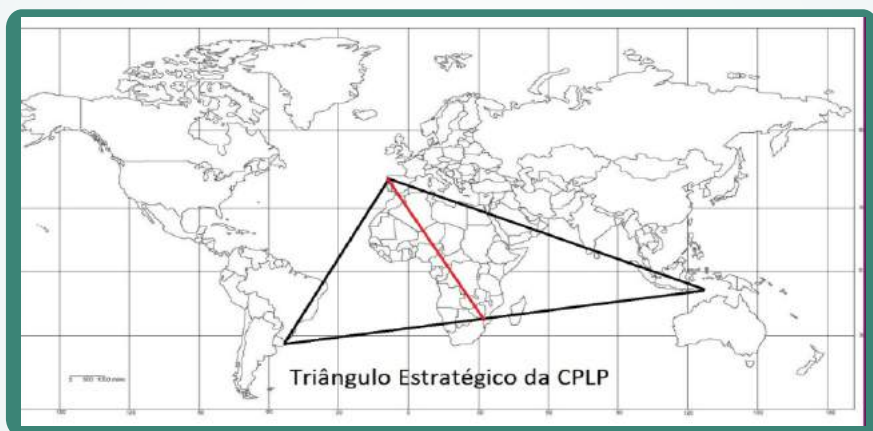
das descobertas de diversos recursos, mas, também, pelo facto do Índico fazer uma ligação extremamente importante entre os principais centros de processamento de produção e os principais centros de distribuição de produtos acabados e semi-acabados.

É no oceano Índico onde encontra-se o canal de Moçambique que para além de ser rico em recursos minerais, é o ponto onde a CPLP está localizada estrategicamente na representação de Moçambique, esta parte do continente Africano é considerado como sendo uma zona de alta transitabilidade, uma zona marítima muito importante para o posicionamento de vários investidores.

A necessidade de puxar os vectores do triângulo para a zona do oceano Índico com

especial atenção ao canal de Moçambique é traduzida pela importância que esta região possui na facilitação das trocas comerciais entre os países dos quatro continentes e por ser uma zona de paz com poucos índices de pirataria marítima com-parada ao atlântico. Facto que remete a necessidade da

CPLP de encarar o oceano Índico como um ponto a se investir em termos de defesa e segurança, para que a transita-bilidade de recursos e produtos continue sendo feita sem ameaças ao longo do canal de Moçambique.



## A HISTÓRIA DAS GRANDES VIAGENS E A IMPORTÂNCIA DO CANAL DE MOÇAMBIQUE

A expansão marítima e os interesses mercantilistas de Portugal e Espanha foi um dos factores que mais contribuiu para que se descobrisse o caminho para as Índias. Em Portugal, a Escola de Sagres fez com que este objectivo fosse atingido com pioneirismo. Além de Sagres, havia o estímulo do governo português para que toda a atenção dos navegadores se voltasse ao redor do continente africano, que acabaria resultando no caminho para as Índias.

Tentando encontrar um caminho que levasse rapidamente as especiarias indianas, as expedições lusas avançaram milhas e milhas na direcção sul da costa africana. Pontos cada vez mais distantes foram

atingidos como os Açores, Madeira e Cabo Verde (Migliacci, 1994).

Entretanto, outros navegadores também tentavam descobrir atalhos que os levassem às Índias. Bartolomeu Dias, em 1488, chegou ao Cabo da Boa Esperança, que ficava no extremo do meridiano africano (*Ibid*).

Isso demonstrava que existia uma passagem para o Oceano Índico.

Dez anos depois, Vasco da Gama encontrou de forma definitiva a rota que levava às Índias, e a descoberta da existência de Moçambique, que passou a *ser um porto como escala necessária à navegação sujeita à contingência das monções* (Matias, 1995). Ao conquistar a costa africana, os portugueses pros-peravam e as novas descobertas aumen-

tavam os conhecimentos técnicos e geográficos sobre navegação.

Segundo (Silva, 1987), O ouro do reino de Monomotapa e a rota de navegação para Índia, incentivaram os portugueses a ocupar militarmente os portos na costa oriental de África, mas foi quando D. João de Castro em 1544-1545 foi enviado para governar o Oriente, e com o progresso do trato da Índia e o incremento da guerra naval no Oriente, onde os maometanos incitados pelos Estados da Índia, reivindicaram o monopólio do comércio das especiarias, começou a crescer a importância de Moçambique, e era já de grande necessidade a fortificação do porto.

O Canal de Moçambique foi considerado no século XVI como uma região estratégica na rota do caminho marítimo

para Índia, assim como actualmente continua sendo estratégico pela sua proximidade com os mercados asiáticos e por se tornar uma das principais rotas de tráfego marítimo internacional, isto associado às linhas de comunicação aéreo-ferroportuárias e rodoviárias, e a ligação dos países do *hinterland* ao mundo.

Segundo Min (2010:14) o Canal de Moçambique possui correntes quentes e é responsável pela rica e diversidade de vida marinha que faz deste país o destino não somente turístico mas, igualmente, de exploração dos recursos pesqueiros e comércio marítimo mundial. Para Moçambique o mar constitui fonte de recurso, pólo de atracção turística, meio de ligação, com o exterior, fonte de aquisição de receitas pela utilização dos portos marí-

timos, sendo mais importante ainda como espaço para o desenvolvimento e criação de capacidade de defesa considerado como factor de mais-valia de poder.

## A UNIÃO DOS DOIS OCEANOS

Quando falamos da união dos dois oceanos, trazemos a ideia de que a CPLP, por sua natureza é delimitada por orlas marítimas, que constituem elementos geográficos naturais. Na verdade, os estados membros da CPLP têm em seus territórios elementos físicos naturais (Oceanos) que lhes permitem fazer as suas trocas comerciais com outros cantos do mundo.

O Oceano Atlântico impele-nos a compreender não apenas a importância geoestratégica das duas margens (africana e sul-americana) mas, sobretudo, a reconhecer a existência de um

triângulo estratégico no quadro da Comunidade e avaliar em que medida outros interesses na região concorrem para se perceber claramente quais as potencialidades deste mar oceano e que tipo de cooperação se pretende a médio e longo prazos. É evidente que num mundo em mudança acelerada, a concentração regional alcança um peso decisivo, de tal forma decisivo que influi na geopolítica e determina uma estratégia de dinâmicas sujeitas a constantes adaptações.

O Oceano Índico ganhou cada vez mais importância como o acesso ao Golfo Pérsico e no enquadramento marítimo do espaço do conflito essencialmente continental entre a Índia e o Paquistão (Leal & Ribeiro, 2015:17)

O Oceano Índico é, mundialmente, o mais rico em reservas

Quando falamos da união dos dois oceanos, trazemos a ideia de que a CPLP, por sua natureza é delimitada por orlas marítimas, que constituem elementos geográficos naturais. Na verdade, os estados membros da CPLP têm em seus territórios elementos físicos naturais (Oceanos) que lhes permitem fazer as suas trocas comerciais com outros cantos do mundo.

O Oceano Atlântico impele-nos a compreender não apenas a importância geoestratégica das duas margens (africana e sul-americana) mas, sobretudo, a reconhecer a existência de um triângulo estratégico no quadro da Comunidade e avaliar em que medida outros interesses na região concorrem para se perceber claramente quais as potencialidades deste mar oceano e que tipo de coopera-

ção se pretende a médio e longo prazos. É evidente que num mundo em mudança acelerada, a concentração regional alcança um peso decisivo, de tal forma decisivo que influi na geopolítica e determina uma estratégia de dinâmicas sujeitas a constantes adaptações<sup>1</sup>.

O Oceano Índico ganhou cada vez mais importância como o acesso ao Golfo Pérsico e no enquadramento marítimo do espaço do conflito essencialmente continental entre a Índia e o Paquistão (Leal & Ribeiro, 2015:17)

O Oceano Índico é, mundialmente, o mais rico em reservas petrolíferas e possui substanciais quantidades de gás e recursos naturais. Ele possui importância estratégica devido à sua relevância com respeito à

---

<sup>1</sup>Azevedo- A CPLP e o Atlântico Sul (texto para a intervenção no VIII ENABED, Brasília 8-10 Setembro de 2014)

segurança energética do mundo. Em termos de mercado, o Oceano Índico responde pela metade do tráfego mundial de *containers* e, cerca de 70 % do transporte mundial de derivados de petróleo cruzam suas águas. Assim sendo, qual-quer interrupção nas rotas marítimas na região do Oceano Índico, poderá ter seus efeitos sentidos ao redor de todo o mundo<sup>2</sup>.

Moçambique, constitui uma linha imaginária mediana do triângulo que corta seu território, assumindo uma posição de fiel da balança. A posição estratégica de Moçambique, exerce não só um papel de centro da base do triângulo, mas também uma ligação marítima da comunidade, entre o Atlântico e o Índico, é o corredor, passagem que liga a

África e Ásia (Moçambique & Timor Leste).

### IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DE MOÇAMBIQUE

No ponto de vista de Min ( 2010:9) os factores geopolíticos vão influenciar em grande medida na posição estratégica de Moçambique face à arena económica e política da região, tomando em conta as especificidades de tais factores na criação de condicionalismos para que o país esteja dotado de potencialidades. A nação Moçambicana está numa posição privilegiada na região, é um dos principais actores para a garantia da segurança no canal de Moçambique, daí a necessidade do controle deste canal, bem como do oceano Índico, para o desenvolvimento das nações, tendo como base a

<sup>2</sup>Revista da Escola de Guerra Nava, Rio de Janeiro, nº 14 (2009), p.123-153- A Competição no Oceano Índico à Luz do Emergente Triângulo Estratégico.

centralidade do mar no destino desses Estados.

Por conseguinte, a localização de Moçambique na África Austral reveste-se de grande importância, que se pode considerar de estratégica, devido ao seu posicionamento face às facilidades de acesso a toda a costa marítima que possui, assim como dos portos principais, secundários e terciários, que lhe favorecem uma boa manobrabilidade de defesa e devido a disposição destes e das facilidades que oferecem para o desdobramento e persuasão (Min,2010:10).

A importância do Oceano Índico, a defesa do poder do mar constitui um grande fomentador económico para os Países da SADC, com grande destaque para os que se encontram no *heart land* que causam um profundo impacto na acção

política. Falar da centralidade de Moçambique na CPLP, é falar de sua importância geopolítica na Comunidade pois assume uma posição de base no Triângulo Estratégico, permitindo a união de dois continentes através de seu canal.

### PORTOS DE MOÇAMBIQUE E SUA INFLUÊNCIA ESTRATÉGICA

Os portos marítimos de Moçambique enquadram-se no processo da colonização portuguesa a partir do século XV ao século XX. Inicialmente como entrepostos que serviam para trocas comerciais com os Fenícios e Árabes, posteriormente com os portugueses. Mais tarde, serviriam, igualmente, para o comércio e tráfico de escravos para várias regiões do globo.

A localização geoestratégica de Moçambique, constitui um dos

factores que concorrem para a sua vantagem competitiva. Pois, desde a era colonial, Moçambique estabeleceu um sistema de relações com os países do *hinterland*. Actualmente, os portos de Moçambique destacam-se na arena regional como infra-estruturas estratégicas em que os vizinhos do *hinterland* e não só (África do Sul), dependem para a importação e exportação de mercadorias. Este factor condicionante é atribuído principalmente, à localização geográfica de Moçambique na zona periférica do Oceano Índico que, possuindo uma costa enorme confere-lhe um vantajoso factor estratégico (Chichava, 2008:8-12).

A construção dos portos de Maputo e Beira data do século XIX e está intimamente ligado à venda de mão-de-obra barata, trocas comerciais e utilização

de entrada e saída de mercadorias sul-africanas e dos países do interior, a Rodésia do Sul (actual Zimbabwe), Rodésia do Norte (actual Zâmbia) e Niassalândia (actual Malawi) através de Moçambique. A partir de 1881, durante a implantação do capitalismo imperial na colónia, foi consistente a procura da capacidade técnica chinesa para as obras de construção infraestrutural.

Uma das razões da utilização do porto de Maputo por parte da África do Sul prende-se, ao facto, de ser mais viável e menos oneroso em relação aos portos sul-africanos de Durban que se localiza à Sudeste daquele País, e o porto Elizabeth que se localiza na Cidade do Cabo à Sul da África do Sul.

É nesta óptica que, os portos moçambicanos assim como a rede ferroviária e estradas que ligam a maior parte dos países

da região, para além de constituir a espinha dorsal para os corredores de desenvolvimento, constituem a essência da vantagem competitiva de Moçambique na região. É esta panóplia infra-estrutural que determina a influência estratégica dos portos marítimos de Moçambique no contexto dos países do *hinterland* na região Austral de África (Chichava, 2008:12).

### INFLUÊNCIA ESTRATÉGICA DOS PORTOS DE MOÇAMBIQUE NO MUNDO E DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE

O Oceano Índico ocupa cerca de 20% da superfície oceânica mundial sendo uma área de cerca de 68.556 milhões de km<sup>2</sup> e uma linha de 1000 km a partir do Sul de África à Austrália que se pode considerar vital para o

O Oceano Índico ocupa cerca de 20% da superfície oceânica mundial sendo uma área de cerca de 68.556 milhões de km<sup>2</sup> e uma linha de 1000 km a partir do Sul de África à Austrália que se pode considerar vital para o comércio marítimo internacional<sup>3</sup>. A posição geográfica de Moçambique força a convergência de rotas, constituindo uma alternativa de petroleiros, particularmente, quando não utilizam o canal de Suez. A rota do canal de Moçambique absorve cerca de 75% do tráfego marítimo de e para os países vizinhos incluindo Moçambique, e 25% de outras partes do mundo<sup>4</sup>.

O transporte marítimo é o meio de transporte internacional de mercadorias mais usado e assume uma importância vital para o desenvolvimento não

<sup>3</sup> Fonte: <http://www.marinhasplp.org/MPLP/resources/pdfs/cad26.pdf>.

<sup>4</sup> Fonte: <http://www.marinhasplp.org/MPLP/resources/pdfs/cad26.pdf>.

somente para os países costeiros, mas igualmente para os do interior. Desta maneira, partindo deste pressuposto, pode-se concluir que, o mar é tido como fonte de prosperidade e influencia a capacidade de sobrevivência das nações. Nesse sentido, ao constatar-mos a influência das actividades económicas realizadas no mar, fica evidente a crescente importância do Poder Marítimo no contexto da economia mundial. E, sendo Moçambique um país costeiro que se localiza na rota do comércio marítimo mundial, os seus portos são relevantes para as trocas comerciais dos países da região com o mundo (Caninas 2006 citado por Min 2010:22).

Os desafios para a Marinha de Guerra de Moçambique tem a ver com uma elevada responsabilidade no quadro dos com-

promissos do país para com as organizações de que faz parte a nível da região devendo para o efeito empenhar-se com profissionalismo em defesa e demonstração de tal importância na estratégia de afirmação de Moçambique na região e no mundo. São ainda desafios para o país, a ampliação das infra-estruturas portuárias e a melhoria das operações de processamento de carga como forma de responder aos requisitos da competitividade e garantir que estes se constituam como uma referência para as cadeias logísticas da fachada Índica no canal de Moçambique, assegurar padrões de nível regional e mundial nas vertentes de ambiente, de segurança e de protecção do sector marítimo-portuário.

## CONCLUSÃO

Quando olhamos para a disposição geográfica da CPLP, constata-se um cenário que suscita um importante debate sobre orientação estratégica da comunidade. Assim, a construção científica do conceito "Triângulo Estratégico da CPLP", emerge do posicionamento triangular dos Estados Membros, onde Portugal, Brasil e Timor Leste aparecem como bases angulares e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) como a espinha dorsal dessa estrutura estratégica. Neste sentido, Triângulo Estratégico da CPLP é o entorno geopolítico pelo qual gravitam os interesses estratégicos prioritários globais da Organização.

Ainda a respeito da disposição realista do conceito, é preciso frisar a geopolítica do mar

como o ponto nevrálgico e âncora estratégica de todos os Estados membros da CPLP. A relevância da dimensão marítima da CPLP prende-se ao facto de representar cerca de 2,5% dos mares do mundo (361.126.222 km<sup>2</sup>), dos quais 5.742.922 km<sup>2</sup> são ZEE. Esta importância resume-se em 3Gs, respectivamente: domínios geopolítico, geoeconómico e geoestratégico (Bernardino, 2011:36 citando CPLP:2006),.

Reconhecendo todas as valências geográficas dos Estados membros da CPLP e a importância das linhas de acção político-estratégica da CPLP enquanto organização, os dados preliminares acima apresentados, quando analisados no Triângulo Estratégico, apontam para a primazia do mar. Portanto, à luz dessa análise, percebe-se ainda que o Mar é o

seu maior activo e campo de actuação, e, por via disso, a CPLP deve focalizar os seus esforços através de acções consistentes e coerentes que orientam os seus Estados Membros a reforçar essa identidade e o seu posicionamento Estratégico único.

A importância geopolítica de Moçambique deriva da sua posição geográfica mista que o coloca num papel de representante da CPLP no Índico, e

charneira entre o Índico e o *hinterland*. Os corredores de desenvolvimento jogam um papel que enaltece o país no garante acesso facilitado ao mar pelos países do interior e não só. O investimento em infra-estruturas portuárias alavancou a integração física que, por sua vez, poderá criar condições para o desenvolvimento de circuitos económicos e a realização de investimentos em grande escala.

## Uma Nova Visão Estratégica para a Cooperação na área da Defesa na CPLP

LUÍS MANUEL BRÁS BERNARDINO<sup>9</sup>

A primeira ideia que surge atualmente sobre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) sob o ponto de vista geopolítico, é que se trata de uma Organização Internacional, com um impor-

tante impacto regional e cada vez mais de dimensão (ou vocação) global. Uma Comunidade que assenta na partilha de uma matriz histórico-cultural-linguística comum e que aposta, primariamente, no

desenvolvimento da Cultura, da História e da Língua Portuguesa. Uma Organização que projeta a Lusofonia nos quatro cantos do mundo, e que por isso mantém relevante e presente a Língua Portuguesa no mapa global. É também um potente vector de influência político-diplomática e um dos eixos da Política Externa dos atuais nove Estados membros, sendo relevante para os seus interesses económicos, diplomáticos e de segurança/defesa (uns mais do que outros...).

Uma Comunidade que está presente no quotidiano de cerca de 250 milhões de pessoas e que se encontra, passados quase duas décadas após a sua

criação (1996), numa fase de consolidação organizacional, crescimento ideológico e de amadurecimento institucional.

Uma Comunidade que procura afirmar-se, internacionalmente, pela multicooperação, pela afirmação da sua identidade linguístico-cultural e ainda, pela presença, cada vez mais assertiva e mundividente, nos contextos internacionais da diplomacia, economia e segurança.

Como temos vindo a constatar, a CPLP vem afirmando-se no mundo global, através da adoção de uma inovadora e pragmática visão político-estratégica para a cooperação sectorial entre os seus países

---

<sup>5</sup>Tenente-Coronel de Infantaria do Exército Português, habilitado com o Curso de Estado-Maior. Pós-Graduado em Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais pela Universidade Autónoma de Lisboa, Mestre em Estratégia e Doutorado em História dos Factos Sociais na especialidade de Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências sociais e Políticas da Universidade técnica de Lisboa (ISCS-UTL). Atualmente desenvolve investigação no Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL). Membro da Direção da Revista Militar e da Direção da Comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia Lisboa, sócio correspondente do Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEAA). Participa em seminários nacionais e internacionais e publica regularmente artigos em revistas da especialidade sobre segurança e defesa em África. Atualmente é Professor de Estratégia e Relações Internacionais na Academia Militar em Portugal e membro da Direção do Centro de Investigação, Inovação e Desenvolvimento da Academia Militar (CINAMIL).

membros. Paradigma que se torna evidente não só pelo crescimento institucional sustentado, como pela crescente presença nos fora internacionais; pelo volume de conteúdos existentes no ciberespaço e pela dimensão cultural e académica que alcançou, mas principalmente pela dinâmica organizacional associada aos múltiplos programas, projectos e protocolos de cooperação sectoriais, que têm sido desenvolvidos desde 1996<sup>6</sup>, nomeadamente na vertente da segurança e defesa.

Uma organização que está a deixar a fase da adolescência, do crescimento e a entrar numa fase mais adulta do processo evolutivo, e por isso, é hoje uma Organização mais segura nas suas políticas, mais pragmática e interventiva nas suas estra-

tégias sectoriais e que aposta cada vez mais no desenvolvimento institucional e na relação com o mundo atual. Estamos contudo certos que o paradigma virtuoso “língua-cultura-afetos” continuará a significar muito do que a Comunidade tem como projeto identitário próprio. E estamos também certos que a CPLP continuará a ter como objetivo prioritário afirmar a Língua Portuguesa na geopolítica global.

Neste contexto, num horizonte onde impera, cada vez mais, a necessidade de fortalecer a concertação político-diplomática, importa apostar também na dinamização da economia, do comércio, e concorrer para o desenvolvimento sustentado dos seus países, bem como reforçar a cooperação na área

---

<sup>6</sup>Em 1996, quando a CPLP foi constituída em Lisboa, existiam “apenas” seis (6) áreas de cooperação (onde não estava a área da Defesa) e atualmente existem 26 (onde está incluída a Segurança e Defesa). A Defesa terá sido a 7ª área da cooperação sectorial a surgir na CPLP em meados de 1998, dois anos depois da Cimeira Constituinte de Lisboa. (CINAMIL).

da segurança e defesa. Enfim, contribuir para que a CPLP, possa ser, cada vez mais, uma Comunidade global e globalizadora, uma Comunidade ao serviço dos cidadãos e da sociedade. Ao serviço do desenvolvimento e da segurança dos seus países, pois sem segurança não existe desenvolvimento...

Por outro lado, estamos a viver “tempos diferentes” vividos numa conjuntura com enormes desafios e de alteração de paradigmas. Aspetos que lançam para as organizações como a CPLP novos desafios, mas que para os seus países representa novas e mais desafiantes oportunidades... Nesta dita “conjuntura diferente”, a CPLP apresenta-se como uma organização comunitária onde se partilham valores, ideologias e amizades,

mas, que convém não esquecer que assenta, principal-mente, nos interesses dos seus Estados membros. É por tudo isso, uma Comunidade onde se pretende apostar numa cooperação estratégica, onde se procuram implementar planos estratégicos de cooperação, onde se aposta na globalização... ou seja, onde se pretende uma maior intervenção no mercado mundial, na ciberespaço e na segurança global<sup>7</sup>. Uma Organização onde a “Segurança” e a “Defesa” se constituam como objectivos politico-estratégicos, pois que só em cooperação estratégica pode fazer face às ameaças transnacionais que pendem sobre os seus Estados membros. Paradigma que obriga, cada vez mais, a ser produtor de segurança e instrumento de paz, de ajuda humanitária e agente do desenvolvimento. Neste contexto,

---

<sup>7</sup>A globalização constituiu o tema central da Xª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que decorreu em Díli (Timor-Leste) em 17-18 de Julho de 2014 e onde se levantou a necessidade de criar um grupo de reflexão no Secretariado Executivo para definir a nova “Visão Estratégica para a CPLP”, conforme inscrito no Programa da Presidência Timorense da CPLP (2014-2016).

parece-nos ser adequado refletir sobre o significado intrínseco da “cooperação estratégica na CPLP” e saber qual o impacto directo na economia, política externa, diplomacia, cultura e qual o real impacto para a Segurança e Defesa Nacional de cada Estado membro.

Assim, devemos refletir sobre a adoção de uma nova “Visão Estratégica para a CPLP”. Uma visão que aposte na cooperação estratégica, que possa ser materializado, na área da Defesa, num “Plano Estratégico de Cooperação para a Defesa”. Uma “Visão-Estratégia-Plano” que deverá estar politicamente alinhado com os interesses da CPLP no mundo. É ou deve ser, por isso, uma cooperação estratégica que nos obrigue a abrir novamente os horizontes para o mar, mais concretamente para o Oceano Atlântico - que é o “centro de gravidade da CPLP” e apostar

numa verdadeira “Cooperação Geoestratégica de Defesa” na CPLP.

Uma cooperação que inclua os potenciais países parceiros e as Organizações Regionais, que ligue e envolva os continentes e os oceanos, que ligue a CPLP à sociedade, que potencie a “pegada lusófona” no mundo.

Uma cooperação que leve a Comunidade mais para a África Subsaariana, mais para a Europa, mais para a América do Sul, mais para o Sudoeste Asiático, que reforce a presença no Atlântico Sul, que reforce parcerias e seja o elo de ligação entre países, continentes e organizações, pois a centralidade geoestratégica da Comunidade assim o exige. O verdadeiro dilema é saber como se faz? Como tornar a “velha” cooperação bilateral do passado, na cooperação multilateral do presente, e como ter, no futuro, arte e engenho, para apostar numa “nova” coope-

ração “bimultilateral” para a Defesa. Ou seja, uma cooperação “bimultilateral” que articule o que se faz entre os Países de Língua Oficial Portuguesa (PLOP) e com o Brasil, com o que deveria fazer-se com outros países (Guiné-Equatorial, Namíbia, Senegal, Zimbábue e outros que virão) e ainda com as Organizações Regionais que se ligam ao Oceano Atlântico. Refiro-me uma cooperação mais dinâmica, melhor integrada e obviamente “estratégica”. Uma “cooperação estratégica de Defesa” é o que efetivamente se precisa alcançar no âmbito da CPLP para o futuro. Contudo, a verdadeira questão é saber como pode na área da Defesa cada Estado membro potenciar a sua participação na CPLP? Como tornar esta cooperação estratégica? Ou seja, como potenciar a centralidade geoestratégica da CPLP na cooperação na área da Defesa?

O mar é um elemento geopolítico permanente na geografia de todos os Estados membros da Comunidade. Foi através do mar, sob a mesma língua de comunicação, que se forjou a identidade da lusofonia e que abriu caminho para a edificação de uma identidade coletiva, supranacional e comunitária, tão específica como a CPLP. É uma Comunidade de países marítimos (ribeirinhos) que se repartem por três oceanos, usufruindo de 7,6 milhões de km<sup>2</sup> de área marítima, com uma enorme potencialidade económica financeira, mas com uma acrescida responsabilidade na dimensão da “segurança energética” e na “segurança marítima”.

Neste contexto, o Oceano Atlântico merece especial destaque porque se trata, por excelência, de um corredor marítimo, como disse, o “centro de gravidade da CPLP”, cuja

importância recrudesciu nos últimos anos por razões geopolíticas/geoestratégicas e geoenergéticas conhecidas por todos. O Oceano Atlântico materializa um eixo que une os hemisférios sul e norte, abrindo uma “janela de oportunidade” para que o espaço da lusofonia participe numa cooperação geoestratégica alargada e que aposte numa estratégia securitária coletiva reforçada.

Estamos perante um “novo paradigma securitário” que implica uma maior aposta na cooperação na área da Defesa no quadro da CPLP, nomeadamente na segurança marítima e muito especialmente na ligação com as Organizações Regionais. Um paradigma securitário que materializa o verdadeiro sentido da centralidade geoestratégica da CPLP no mundo...e que contribuirá para se alavancar “novas” e “velhas” alianças. A adoção da “Estratégia da CPLP para os Oceanos” (2010)

veio demonstrar, claramente, a necessidade de reforçarmos as ações de cooperação marítima, abrindo as portas para uma interoperabilidade e uma partilha de meios e de informações mais eficiente e proactiva... nomeadamente entre as Marinhas da CPLP e as autoridades navais e aéreas. O documento veio ainda apelar ao carácter “conjunto” e “combinado” das intervenções e abriu a porta para uma “Cooperação Estratégica no Domínio da Defesa”, assente na vertente da segurança marítima.

Falemos agora da Cooperação Técnico-Militar (CTM) e do contributo para a área da Defesa na CPLP... pois não podemos falar de cooperação na vertente da Defesa na CPLP sem nos referirmos à CTM. A cooperação da CPLP no domínio da Defesa resultou das recomendações dos Ministros da Defesa de Portugal e dos PALOP (o

Brasil era observador), reunidos em julho de 1998, em Oeiras - Lisboa, iniciando-se, ainda fora da Comunidade, as atividades de cooperação na componente da Defesa<sup>8</sup>. Ou seja, a componente da Defesa no quadro da CPLP, resultou da excelente cooperação “bilateral” que existia entre Portugal e os cinco PALOP – materializado nos programas quadro ao nível da CTM que estavam em desenvolvimento. Neste contexto, o acordo sobre a “Globalização da Cooperação Técnico-Militar” assinado pelos Ministros da Defesa em 25 de maio de 1999, na cidade da praia (Cabo Verde), fez com que a componente de Defesa da Comunidade consolida-se os seus órgãos estruturantes com o objetivo de “...promover e

*facilitar a cooperação (...)* sistematizando e clarificando as ações a empreender...”(19-99).

A cooperação na área da Defesa resultou assim de uma primeira “globalização interna da cooperação”, num alinhamento multilateral do melhor que se vinha fazendo em termos bilaterais. Uma cooperação em que se procurou melhorar a estruturação organizacional do que se vinha fazendo praticamente desde as independências com cada um dos “novos” Estados Africanos. O quadro legal seria aprovado pelos Ministros da Defesa também na cidade da praia a 15 de setembro de 2006. Referimo-nos ao “Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa” que é atualmente o documento-quadro

---

<sup>8</sup>Por curiosidade, refira-se que o Brasil, numa primeira fase, com o estatuto de observador, acabou por se assumir como membro de pleno direito cerca de três anos mais tarde (2001) e posteriormente, Timor Leste (2002) e a Guiné Equatorial (2014) viriam a aderir à Comunidade perfazendo os atuais nove Estados membros. Qual será o próximo?

com base no qual se rege toda a cooperação dos países da CPLP neste domínio.

Do Protocolo de Defesa resultaria, oito anos depois, na XVª Reunião de Ministros de Defesa, realizada em Lisboa a 26 de maio de 2014, as indicações para que esta componente fosse dotada de um mecanismo de cariz orientador e conceptual, capaz de dar sentido às iniciativas e à cooperação multilateral, tendo sido então apresentado no conselho ordinário de Ministros da CPLP, realizado em 24 de julho de 2015, em Díli, a “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”.

Esta evolução do bilateral, assente na CTM para o multilateral assente na CPLP, representando uma dinâmica evolutiva interna, vem agora colocar a necessidade aos Estados membros de evoluírem para

uma “globalização plena” e de apostar numa cooperação bimultilateral assente numa dinâmica evolutiva externa.

Pois que a CPLP, não podendo agir nem como bloco defensivo regional, nem como estrutura global de Defesa capaz de atuar em qualquer cenário, limitado pelo supracitado “Protocolo da Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa”, tem no entanto uma vocação universal de proteção regional e de intervenção ao nível da ajuda humanitária local. Uma postura mais interventiva que obriga a outra perspetiva securitária, pois só assim fazem sentido, os exercícios militares “FELINO”; as iniciativas das Marinhas da CPLP; a Estratégia da CPLP para os Oceanos; o Protocolo de Defesa da CPLP e a recente Identidade da CPLP no Domínio da Defesa. E só assim fará igualmente sentido, discutir

num futuro próximo a nova “Visão Estratégica da CPLP”, principalmente nos aspetos que à “Segurança” e “Defesa” dizem respeito.

Para concluir, sublinho que a componente de Defesa da CPLP tem, desde a sua criação, contribuído de uma forma construtiva para a operacionalização da “Arquitetura de Segurança da Comunidade” e para uma maior capacitação operacional das Forças Armadas dos seus Estados membros.

Por outro lado, no caminho de afirmação global é essencial a contribuição da sua componente da Defesa, não só pelo carácter eminentemente construtivo e cooperativo, mas também pelo exemplo de coesão e proficiência que os diferentes órgãos desta componente têm demonstrado. Um destaque especial para o Centro de Análise Estratégica

da CPLP que tem contribuído, a partir de Moçambique, para esta reflexão no seio da Comunidade e não só....

Em suma, seguindo os princípios adotados pela cooperação bilateral e multilateral, será a cooperação “bimultilateral” a nova forma de cooperação estratégica que a Comunidade necessita para se afirmar neste mundo global. Aspetos evidenciados na nova “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa” que sendo um documento que aposta na “cooperação transatlântica estratégica” no seio da Comunidade e entre a Comunidade e as demais Organizações Regionais, deverá contribuir para a nova “Visão Estratégica da CPLP”, pois assim poderá contribuir para afirmar cada Estado membro na Comunidade e a Comunidade em cada Estado membro.

## A New Strategic Vision for the Defense Cooperation in CPLP

LUÍS MANUEL BRÁS BERNARDINO<sup>9</sup>

CPLP, the Portuguese Speaking Countries Community, has established itself globally, by adopting an innovative and pragmatic political and strategic vision for sectoral cooperation between its member countries.

A paradigm that is evident not only by sustained institutional growth, but also its growing presence in international fora; the volume of existing content in the internet and cultural and academic dimension reached, but mainly by organizational dynamics associated with mul-

ti-ple programs, sectoral projects and cooperation protocols that have been developed since 1996, particularly in the security and defense aspects. An organization that is leaving its adolescence, growth and entering a more mature phase of its evolutionary process, and so today a safer Organization in its policies, more pragmatic and intervening in its sectoral strategies and betting increasingly on institutional development and the relationship with the modern world. We are however

---

<sup>9</sup>Lieutenant Colonel in the Infantry of the Portuguese Army and has General Staff Course qualifications. He holds a post-graduate diploma in Peace and War Studies in New International Relations from Universidade Autónoma de Lisboa, a MA in Strategy from Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas at Universidade de Lisboa and a PhD in International Relations from the same university. He is currently conducting research at the Center for International Studies at the University of Lisbon (CEI-IUL) in a post-doctoral project on African Security and Defence architectures. He is a member of the editorial board of *Revista Militar* and Editor of the *Revista PROELIUM* at the Military Academy. LtCol Luis Bernardino regularly participates in national and international seminars and frequently publishes articles in journals on the subject of security and defence in Africa. He is currently Professor in the Department of Post-graduate Studies at the Military Academy in Lisbon and member of the Centre for Investigation, Development and Research of the Military Academy (CINAMIL).

certain that the virtuous paradigm "language-culture-affects" will continue to mean a lot to the Community's own design identity. And we are also certain that CPLP will continue to be a priority objective in affirming the Portuguese language in global geopolitics.

In this context, in an horizon more and more dominated by the need to strengthen the political and diplomatic coordination, it is also necessary to work towards boosting the economy, trade, and to contribute to the sustainable development of countries and strengthen cooperation in the Security and defense area.

Ultimately, foster CPLP, so that it may be, increasingly, a global and globalizing community, a community at the service of citizens and society. For development and security in their

countries, because without security there is no development...

On the other hand, we are living in "different times", in an environment with enormous challenges and paradigm change. Aspects that cast new challenges for organizations such as the CPLP, but new and challenging opportunities to member countries ... in these "different circumstances", CPLP presents itself as a community organization where values are shared, as are ideologies and friendships, but we must not forget that is based mainly on the interests of its member states. For all these reasons, it is a community that wants to push forward on strategic cooperation, which is looking to implement strategic plans of cooperation, where globalization is the target... that is,

where a more active role is planned in the global market, cyberspace and global security.

An organization where "security" and "defense" are defined as political and strategic objectives, since only in strategic cooperation can transnational threats hanging over its member States be tackled. A paradigm that requires increasingly, being a producer of security and an instrument of peace, humanitarian aid and development agent. In this context, it seems to be appropriate to reflect on the intrinsic meaning of "CPLP strategic cooperation" and know what is the direct impact on the economy, foreign policy, diplomacy, culture and the real impact for the National Security and Defense of each member state.

So we should reflect on the adoption of a new "Strategic Vision for CPLP." A vision that centers on a strategic cooperation that can be materialized in the area of defense, a "Strategic Plan for Defense Cooperation." A "Vision-Strategy-Plan" which should be politically aligned with CPLP's interests in the world. It is or should be, therefore, a strategic cooperation that requires us to open our horizons again to the sea, specifically the Atlantic Ocean - that is the "CPLP's center of gravity" and invest in a true "Geostrategic Defense Cooperation" for CPLP.

This cooperation should integrate potential partner countries and regional organizations, connecting and engaging continents and oceans, which brings CPLP to the society, which potentiates the "Luso-

phone footprint" in the world. It should increasingly lead the Community to sub-Saharan Africa, to Europe, to South America, to Southeast Asia, strengthening its presence in the South Atlantic, building partnerships and establishing links between countries, continents and organizations ... the geostrategic centrality of the Community so requires it.

The real dilemma is how to do it? How to make the bilateral cooperation of the past multilateral cooperation in the present, and how to, in the future, have art and ingenuity, to build a "new" "bimultilateral" Defence cooperation. I.e, a "bimultilateral" cooperation that articulates what is done between Portuguese Speaking Countries (PLOC) and with Brazil, with what should be done with other countries (Equatorial Guinea, Namibia, Senegal, Zimbabwe and more

to come), and with the Regional Organizations that bind to the Atlantic Ocean. I envision a more dynamic cooperation, better integrated and obviously "strategic".

A "strategic Defence cooperation" is what effectively needs to be achieved within CPLP for the future. However, the real question is how can each member state enhance its participation in the CPLP in the Defence area? How to make this cooperation strategic? I.e, enhance CPLP's geostrategic centrality in defense cooperation?

The sea is a permanent geopolitical element in the geography of all of the Community's member states. It was through the sea, in the same language, that the identity of the Portuguese-speaking world was forged, paving the way for the building

of a collective identity, supranational and shared, as specific as CPLP's. It is a community of maritime nations (riverine) that encompasses three oceans with 7.6 million km<sup>2</sup> of sea area, a huge economic and financial potential, but with a greater responsibility in the dimension of "energy security" and "maritime security". In this context, the Atlantic Ocean deserves special mention because it is, par excellence, a maritime corridor, as I said, the "center of gravity of CPLP", whose importance has intensified in recent years for geopolitical/ geostrategic and energetic reasons known to all.

The Atlantic Ocean materializes an axis that connects the southern and northern hemispheres, opening a "window of opportunity" for the Portuguese-speaking space to parti-

cipate in an enlarged geostrategic cooperation and betting on a reinforced collective security-strategy.

This is a "new security-paradigm" which implies greater investment in cooperation in the Defence area within CPLP, particularly in maritime safety and especially in connection with regional organizations. A security-based paradigm that embodies the true meaning of CPLP's geostrategic centrality in the world... and that help to leverage "new" and "old" alliances. The adoption of the "CPLP Strategy for the Oceans" (2010) has clearly shown the need to reinforce maritime cooperation actions, opening the door to interoperability and sharing of resources and more efficient and proactive information ... particularly between the CPLP navies and naval and air

Finally, I underline that the CPLP Defence component has, since its inception, contributed in a constructive manner for the operationalization of the "Community's Security Architecture" and for greater operational capacity of its member states' armed forces.

On the other hand, the global affirmation path makes essential a contribution of its defense component, not only for its highly constructive and cooperative character, but also for the example of cohesion and proficiency that the different organs of this component have shown. A special highlight is merited for the CPLP Strategic Analysis Centre, that has contributed, from Mozambique, towards this reflection within the Community and beyond....  
In short, following the princi-

ples adopted by bilateral and multilateral cooperation, "bimultilateral" cooperation will be a new form of strategic cooperation that the Community needs to affirm itself in this global world.

Aspects highlighted in the new "CPLP Identity in the defense domain" that, being a document that focuses on "strategic transatlantic cooperation" within the Community and between the Community and other regional organizations, should contribute to the new "Strategic Vision of the CPLP", can as well help to affirm each member State in the Community and the Community in each Member State.

# A “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”: Uma Visão ampliada para a Cooperação em Defesa

KAMILLA RAQUEL RIZZI  
LUÍS MANUEL BRÁS BERNARDINO

## RESUMO

A principal ideia referente à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é a de ser uma organização internacional que partilha uma matriz comum histórico cultural-linguística, apostando no desenvolvimento da cultura e da língua portuguesa, e que vem se afirmando no sistema mundial pela adoção de uma inovadora e pragmática visão político-estratégica para a cooperação entre Estados membros. Visão esta que na área da Defesa torna-se bem evidente com os seguintes conceitos-chave: mares/oceanos; geopolítica/geoestratégia e cooperação/parceria. A

presente pesquisa reflete sobre quais as motivações dessa visão geoestratégica da CPLP que resultaram no documento intitulado “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”.

Metodologicamente, a pesquisa utiliza a abordagem qualitativa com o método hipotético-dedutivo, classificando-se como descritivo-explicativa aos objectivos. Quanto aos procedimentos, utilizou-se a revisão bibliográfica e análise documental de fontes primárias e secundárias.

**Palavras-chave:** CPLP; Cooperação Estratégica; Defesa; Concertação Político-Diplomática.

## ABSTRACT

The main idea regarding the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) is to be an international organization that shares a common historical cultural-linguistic matrix, focusing on the development of Portuguese culture and language, and that has been asserting itself in the world system by the adoption of an innovative and pragmatic political-strategic vision for cooperation between Member States. This view that in the area of Defense becomes evident with the key concepts: seas/ oceans; geopolitics/geostrategy and cooperation/partnership. The present research ponders about the motivations of this geostrategic vision of CPLP that resulted in the document entitled “CPLP Identity in the Defense Domain”.

Methodologically, the research uses the qualitative approach with the hypothetical-deductive method, classifying it as descriptive-explanatory to goals. As for the procedures, bibliographic review and documentary analysis of primary and secondary sources were used.

Keywords: CPLP; Strategic Cooperation; Defense; Political-Diplomatic Consultation

## INTRODUÇÃO

Uma das primeiras ideias sobre o que é e o que representa no actual sistema mundial a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é a de ser uma organização internacional baseada na partilha de uma matriz comum histórico cultural-linguística, que aposta no desenvolvimento da cultura e da língua portuguesa, e que vem afirmando-se no mundo

por meio da adoção de uma inovadora e pragmática visão político-estratégica. Essa visão, concretamente na área da Defesa, torna-se mais evidente nos seguintes conceitos: mares/oceanos; geopolítica/geoestratégia; e cooperação/concertação, pois a partilha de experiências e a comunhão de afectos sempre norteou os destinos e os objectivos da organização.

A presente pesquisa tem por objectivo geral analisar o significado da cooperação estratégica e seu impacto na organização, buscando compreender a importância da Comunidade para seus países, evidenciando essa visão na cooperação de Defesa.

Especificamente, pretende-se evidenciar quais acções estão sendo postas em prática para tornar a cooperação bilateral do passado na cooperação

multilateral do presente e refletir sobre a necessidade de ter na Comunidade uma cooperação bi-multilateral para o futuro na cooperação de Defesa. Assim, procura-se ponderar em relação ao seguinte problema de pesquisa: quais as motivações dessa visão geoestratégica da CPLP que resultaram no documento intitulado “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”? Como hipótese inicial, compreende-se que a Comunidade tem como base estatutária a concertação político-diplomática e a cooperação entre seus membros, fato que os aproxima e legitima a própria Comunidade, sendo a motivação essencial de sua existência e ampliação. O avanço da cooperação na área de Defesa complementa essa ideia-base da organização, ao fortalecer a dimensão estratégica desta no actual sistema

mundial, essencialmente em torno dos três conceitos-chave supracitados.

Metodologicamente, a pesquisa utiliza a abordagem qualitativa pois, de acordo com Minayo (1994), procura responder a questões particulares, preocupando-se, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de significados, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais denso das relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à análise de variáveis. Quanto ao método hipotético-dedutivo utilizado, a partir da observação dos fatos e eventos apontados, se elaborou o problema de pesquisa, com sua explicação pela formulação de hipóteses e destas, deduzem-se consequê-

ncias que deverão ser testadas ou falseadas. “[...] Quando não se consegue derrubar a hipótese, tem-se sua corroboração; segundo Popper, a hipótese se mostra válida, pois superou todos os testes, porém ela não é definitivamente confirmada, pois a qualquer momento poderá surgir um fato que a invalide [...] ” (Gerhardt and Silveira 2009, 27). Classifica-se essa pesquisa, ainda, como descritivo-explicativa em relação aos seus objetivos de pesquisa, e quanto aos procedimentos técnicos, utilizou-se a revisão bibliográfica e análise documental de fontes primárias, secundárias e de imprensa.

## O MAR COMO ELEMENTO GEOESTRATÉGICO DE AFIRMAÇÃO NA COMUNIDADE

O mar é um elemento permanente da geografia de todos os Estados-membros da Comunidade. Foi pelo mar que os navegadores portugueses dos séculos XV e XVI procuraram os acessos possíveis aos continentes africano e americano. Essa ligação tornou-se permanente no aspecto comercial e científico-cultural, com implicações socioeconômicas, políticas e humanas, em que Estados com continuidades histórico-culturais e linguísticas se edificaram, aproximando povos originariamente de diferentes credos e culturas. Foi ainda por meio do mar, até a metade do século XX, que a amálgama de povos em diferentes continentes e sob a mesma bandeira e a mesma língua, forjaram identidades,

agregando-as, trocando experiências valorativas (tanto as positivas como as negativas durante o domínio colonial), clarificaram interesses e proporcionaram, já no final da última década do mesmo século, o entendimento solidário e de cooperação que abriria o caminho para a edificação de uma identidade coletiva, supranacional, tão específica como a CPLP.

Conforme Rizzi (2014), o primeiro esforço coletivo para a criação da comunidade lusófona ocorreu em novembro de 1989, em São Luís (Maranhão, Brasil), quando o Presidente José Sarney reuniu os Chefes de Estado e de Governo de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e de São Tomé e Príncipe, além do Representante Especial do Presidente da República de Angola, pois naquela ocasião,

[...] foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), cujos objetivos seriam o de defender e promover o idioma; enriquecer a língua como veículo de cultura, educação, informação e de acesso ao conhecimento científico e tecnológico; desenvolver as relações culturais entre os lusófonos; incentivar a cooperação, pesquisa e intercâmbio nos domínios da língua e da cultura; e difundir o Acordo Ortográfico (Rizzi 2014, 150).

Não é demasiado lembrar que a Comunidade foi criada por uma decisão de Estados soberanos, e surgiu praticamente duas décadas depois do processo que levou à independência das ex-colônias portuguesas na África, desenhando-se independentemente das continuidades e descontinuidades históricas, uma comunidade lusófona que, apesar de não integrar todo o universo da lusofonia,

orienta-se para uma inserção global com matrizes culturais, históricas e de afetos comuns, porém, por vezes, com interesses e objectivos diversos.

O Brasil estava na primeira década de sua Redemocratização política e Portugal avançava na estabilidade da sua Terceira República, ambos buscando se (re) aproximar dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop).

Nesse aspecto, cabe ressaltar que é interessante, na constituição da Comunidade, a parceria Brasil-Portugal, a base das relações intra-CPLP ainda hoje e em todos os setores de cooperação. Na década de 1990, ocorreu uma diminuição de contatos do Brasil com o outro lado do Atlântico Sul, ao mesmo tempo em que em Brasília se “[...] suspeitava das ações portuguesas no vácuo de

poder e influência deixada nos cinco Palop [...]” (Rizzi 2014, 147), como fica evidente:

O Governo português - a quem efetivamente interessa retomar sua presença nos Palop - reconhece ao Brasil papel protagônico dentro da comunidade lusófona, por suas iniciativas pioneiras de re-conhecimento político, por seu envolvimento na cooperação técnica e formação de recursos humanos e por seus investimentos econômicos de vulto, em determinados países da Comunidade.

Por outro lado, o crédito político e a confiabilidade conquistados pelo governo brasileiro junto aos Palop não se traduzem numa capacidade econômica crescente e sustentada, que permita aprofundar e alicerçar a presença brasileira nesses países [...]. Assim, *como atende ao interesse nacional português associar-se com o Brasil para, através de nossa influência política, voltar a ter uma presença em África, também atende ao*

*interesse nacional brasileiro utilizar o conhecimento aprofundado que tem Portugal da região e dos recursos [...] que é capaz de mobilizar* (Brasemb Praia, OF C nº 00122, 1990, 1, apud Rizzi 2014, 147. Grifo nosso).

Com as reformas políticas e econômicas nos cinco Palop no início da década de 1990, Lisboa buscou reacender essas relações bilaterais, pois foram afastados do poder em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe os dirigentes que se tornaram inimigos de Portugal durante os respectivos processos de independência. Gradualmente, esses eventos abriram possibilidade para um relacionamento diferenciado entre “Lisboa de um lado, e Praia e São Tomé de outro, esperando que Bissau, Maputo e Luanda, ao trilharem a senda democrática, sigam essa nova tendência iniciada por Cabo Verde” (Alvaro 1993, 6–7, apud

Rizzi 2014, 147–8). Essa mudança no contexto econômico e político nos Palop fez com que:

Portugal [desejasse] aproveitar esse novo capítulo da história. A sua presença nas antigas colônias da África constitui, hoje, uma das principais metas da sua política externa.

Está atuante no domínio do comércio, ativo no terreno da cooperação técnica e aberto da colaboração com os novos governos democráticos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, enquanto aguarda ansiosamente (mas com decidida participação) o desfecho dos processos de negociação entre as partes beligerantes em Angola e Moçambique [...] A acção de Lisboa junto aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa manifesta-se, assim, em vários domínios.

Comprova isso a sua preocupação com a crescente influê-

ncia do idioma francês em Guiné-Bissau e da presença da África do Sul em Moçambique (Alvaro 1993, 7-8, apud Rizzi 2014, 148).

Nesses termos, o retorno português para os Palop foi um importante impulso para a concretização da CPLP, bem como o interesse brasileiro em manter a presença conquistada naqueles países, anteriormente, também o era. Desde a criação do IILP (1989), o apoio de Lisboa foi irrestrito, pois se identificavam as possibilidades que a Comunidade efectivaria na sua relação com as antigas colônias, seja na África, seja na América do Sul. O embaixador brasileiro em Praia, que vislumbrava a visão portuguesa da CPLP como uma “uma fusão do atual (sic) esquema 5 mais 1 (Portugal mais Palop) e a sua adaptação à entrada do Brasil, no contexto mais amplo da comunidade que

abarcaria os sete” (Alvaro 1993, 9, apud Rizzi 2014, 148). O destino da instituição estava sob direção brasileira, pois

[A] instituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, tal como concebida, poderá vir a ser um instrumento de ação política valioso, mas devemos avançar com a percepção realista de que no seio da Comunidade poderá instalar-se a mesma rivalidade que hoje se observa na “Francophonie”, onde França e Canadá trocam farpas em disputa pela liderança do movimento, se bem que por razões distintas. [...] A França (leia-se, na questão em tela, Portugal), por ser o berço da língua e da cultura francesas, o Canadá (leia-se, na questão em tela, o Brasil), país rico e industrializado. *Mutatis mutandis, o Brasil exerce atracção nos Palop, por se tratar de um país de origem comum à deles, mas sobretudo por ter conseguido desenvolver-se e ostentar um parque industrial que Portugal não pode sequer*

*pensar em igualar* (Alvaro 1993, 11, apud Rizzi 2014, 148. Grifo nosso)

Logo, as relações Brasília-Lisboa, constituídas historicamente entre a aproximação e a distância, caracterizaram também o tom e as etapas de implantação da própria CPLP. Nesse sentido, os dois países “por motivos iguais, mas em seus respectivos contextos e interesses locais-regionais e internacionais (influência política e contatos econômicos baseados na história e cultura em comum)” (Rizzi 2014, 150) uniram esforços para a concretização da Comunidade, pois “ficou acertado que o Brasil e Portugal buscariam ações de cooperação conjunta nos Palop como forma de testar a viabilidade de um trabalho comum em todo o continente” (Brasemb Praia 1992, apud Rizzi 2014, 148). Para Rizzi

(2014), o ponto de divergência entre Brasília e Lisboa, relativo à Comunidade, referia-se ao formato dessa cooperação: Portugal identificava a relação Portugal-Brasil nos Palop, na “equação  $2+5=7$ ”, como a “ideal”:

A documentação diplomática é rica nesse sentido, pois clarifica o entendimento que o Brasil tinha da parceria multilateral (com a criação do IILP e depois a CPLP), como “equação  $7=7$ ”, mais “dinâmica e positiva”. O que prevaleceu, no entendimento da presente pesquisa, foi o posicionamento brasileiro, que efectivou a Comunidade Lusófona a partir de um teor cultural, mas com claros tons políticos e econômicos (Rizzi 2014, 149).

Em 1994, reuniram-se em Brasília os Ministros das Relações Exteriores e Negócios

Estrangeiros dos sete países fundadores da CPLP, por iniciativa do Presidente Itamar Franco. O encontro resultou na recomendação a seus Chefes de Estado da realização de um encontro com o intuito de elaborar o ato constitutivo da Comunidade, além de estabelecer o Grupo de Concertação Permanente (com sede em Lisboa), a ser integrado pelo Director-Geral da Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e pelos Embaixadores dos demais seis países, creditados na capital portuguesa. Em junho de 1995, em Lisboa, definiu-se o arcabouço político e institucional da CPLP. O Grupo de Ministros de Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros passou a ser denominado “Comitê de Concertação Permanente” e recomendou também a previsão de abril de 1996 para a

realização da Cimeira constitutiva da Comunidade. Em 17 de julho de 1996, também em Lisboa, os Chefes de Estado e de Governo dos sete países-membros assinaram a Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.<sup>1</sup> Em maio de 2002, com a conquista de sua independência, o Timor-Leste tornou-se o oitavo país membro da Comunidade. Em julho de 2014, após um processo longo e polêmico de adesão aos critérios organizativos, a Guiné Equatorial também tornou-se Estado-membro da organização, perfazendo os atuais 9 Estados-membros.

Na Declaração Constitutiva, os objectivos político-económicos e diplomáticos estavam em paralelo aos culturais, no processo de criação da CPLP. Para Rizzi (2014), essa constatação pode ser verificada pela

enumeração dos principais objectivos da Comunidade, no Artigo 3º de seus Estatutos (revisados em São Tomé/2001 e Brasília/2002).

Art. 3º. [...] a) *A concertação político-diplomática* entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fóruns internacionais;

b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;

c) A materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (CPLP 2007, s/p. Grifo nosso).

Como vetor identitário, a CPLP é essencialmente uma comunidade na qual o mar tem uma importância inegável pluri-dimensional e multidisciplinar.

E esse vetor une-se aos fatores estruturantes da língua e da história comuns, bem como da gestão da sua preservação e sustentabilidade. No século XXI, adicionalmente, tem ocorrido a progressiva revalorização das dimensões geopolíticas e geoestratégicas dos mares e oceanos. Logo, é assim a CPLP: uma comunidade de países marítimos que se espalha por quatro continentes, três oceanos, ligando mais de 250 milhões de pessoas vivendo em cerca de 10,6 milhões de km<sup>2</sup> e usufruindo de 7,6 milhões de km<sup>2</sup> de área marítima (sendo 120 Mn de Zona Contígua-Brasil, Angola, Portugal, Cabo Verde, Guiné Bissau e Timor-Leste - e 400 Mn de Plataformas Continentais<sup>2</sup> (Brasil e Portugal)).

Neste contexto, o Oceano Atlântico merece especial destaque, levando Adriano

Moreira, um dos percursores da Comunidade, a apelidá-lo de “Oceano Moreno” (1993, 239-51), pois trata-se, por excelência, de um largo corredor marítimo, cuja importância recrudescer nas últimas décadas, por razões geopolíticas e energéticas, unindo historicamente os hemisférios sul e norte do globo, abrindo uma janela de oportunidades para que o espaço da lusofonia e da CPLP se afirmasse como exemplo de cooperação construtiva e de desenvolvimento interdependente.

Ao mesmo tempo, desenvolveu-se uma estratégia securitária em benefício dos Estados-membros, pois o desenvolvimento e a segurança estão intimamente ligados. É também efectivamente neste espaço que se localiza a esmagadora maioria dos países da CPLP:<sup>3</sup> especificamente é no

Atlântico Sul que se situam dois terços dos países que a constituem, seis dos nove Estados-membros são países limítrofes do Atlântico Sul, o que confere à Comunidade um enorme valor acrescentado no que diz respeito a recursos energéticos e às potencialidades estratégicas daí provenientes.

Na verdade, considerada a bacia do Atlântico Sul, abrangendo dois continentes mesclados nas suas culturas e histórias, verifica-se ainda que o português é a língua-base de Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, o que tem levado outros países com adesão plena à organização ou como observadores associados a procurar desenvolver uma estratégia nesse sentido de introduzir a língua como idioma oficial. Sendo a CPLP uma comunidade do mar, Mongi-

ardim (2014) analisa que o vector da maritimidade é o elemento que mais favorece o aprofundamento das relações intracomunidade, conferindo maior grau de convergência de interesses e influenciando sobre as relações de poder entre seus membros, podendo-se afirmar que esta lógica acarreta implicações sobre o equilíbrio interno da organização, constando Lisboa, Brasília e Luanda como eixo basilar, que tende a competir em alguns sectores com o eixo Brasília, Luanda, Praia, Bissau, Maputo e São Tomé.

E, adicionalmente, é importante destacar que as complexidades e desafios securitários globais - que são marca da actual conjuntura internacional pós-Guerra Fria, refletem-se no crime organizado, designadamente a pirataria, o tráfico de substâncias psicotrópicas e de pessoas, os conflitos regionais, e merece a atenção e a preo-

cupação dos países da CPLP, não só pela constatação da necessidade de desenvolverem capacidades de proteção, vigilância e de segurança marítimas, mas também pelo fato de que os elementos e instrumentos securitários são matéria de uma vasta e incontornável cooperação bi e multilateral que traduz a interdependência da circunstância global e o acervo de uma colaboração que deve ser aprofundada.

Logo, a ampliação das áreas de cooperação da Comunidade, em 2002, na IV Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP em Brasília, com a revisão do Estatuto da CPLP (Artigo 4, alínea “b”), justifica-se em si mesma pela conjuntura mundial. Ampliaram-se as áreas de cooperação de cinco<sup>4</sup> para doze,<sup>5</sup> adicionando o domínio da Defesa como uma dessas. A ampliação dos

setores de cooperação indica a consolidação e o aprofundamento do intercâmbio entre os Estados-membros da Comunidade.

Ademais, o incremento conferiu um amparo institucional para iniciativas que já estavam sendo desenvolvidas, mas não eram contempladas pelos documentos oficiais. Como fica claro no Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa, de 2006:

[...] É no Atlântico Sul que se situa a maioria dos Estados Membros da CPLP. Este espaço geográfico conta com importantes recursos energéticos em ambas as margens, mas também com diversos desafios de natureza securitária relacionados com o crime organizado transnacional, a pirataria ou os conflitos regionais, merecendo por isso especial atenção dos países da CPLP [...]. (CPLP 2006, 4).

Com efeito, o valor e o potencial do mar são hoje, mais do que nunca, equacionados perante o binómio do desenvolvimento/segurança dos Estados. Sabe-se que, além dos 50% das recentes descobertas de recursos energéticos da última década e que se encontram em áreas de influência geográfica de países da Comunidade, urge que cada Estado-membro desenvolva capacidades no sector da segurança marítima com impacto para a protecção das suas zonas económicas exclusivas e das suas plataformas continentais, bem como nas áreas de busca e salvamento e que já se encontram sob a responsabilidade designadamente de Portugal e do Brasil. Concorda-se, aqui, com Azevedo (2014), pois:

[...] a CPLP, na sua relação com o Oceano Atlântico, im-

pele-nos a compreender não apenas a importância geoestratégica das duas margens (africana e sul-americana), mas, sobretudo, reconhecer um triângulo estratégico no quadro da CPLP e avaliar a medida de outros interesses que concorrem na região para que se percebam claramente quais as potencialidades deste mar oceano e que tipo de cooperação se pretende a médio e longo prazo. É evidente que, num mundo em mudança acelerada, a concentração regional alcança um peso de tal forma decisivo que influi na geopolítica e determina uma estratégia de dinâmicas sujeitas a constantes adaptações (Azevedo 2014, 21. Grifo nosso).

No caso do Atlântico Sul, atenta-se às ameaças transnacionais e aos focos de instabilidade da região do Golfo da

Guiné (com destaque para a pirataria, o tráfico de pessoas e estupefacientes, os fluxos migratórios ilegais, o tráfico de armas), bem como o respectivo impacto nas populações locais.

A nova geopolítica dos recursos energéticos do século XXI alcança uma importância tal que induz a uma nova concertação das seguranças marítimas nacionais. Convém não esquecer que as ameaças no mar têm origem em terra e não no mar, o que obriga a um reforço da cooperação no domínio da segurança e da defesa no seio da Comunidade.

A segurança marítima é, pois, um factor estratégico de desenvolvimento e com maior acuidade no Atlântico Sul. Os conflitos em determinados Estados africanos têm levado a comunidade internacional a implementar mecanismos de

apoio ao desenvolvimento e segurança que levam a intervenções de diversas formas, quase sempre sob mandato da Organização das Nações Unidas (ONU), da União Europeia (UE) e da própria Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), cada vez mais “[...] com maior frequência e intensidade [...]” (Bernardino 2011, 46).

A CPLP como comunidade marítima necessita de uma gestão sustentada dos seus recursos, aspecto que não tem sido desvalorizado pela organização, mas cuja evolução e progresso na presente conjuntura se tornam prementes a agilizar. Não é demais recordar que, em 2007, o Conselho de Ministros da Comunidade determinou que a concertação de esforços entre os países da Comunidade no sentido da “[...] elaboração de uma visão integrada, com

vista a promover o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as suas respectivas jurisdições nacionais, inclusive por meio da cooperação internacional [...]” (Bernardino 2011, 46)<sup>6</sup> fosse devidamente refletida e implementada. Estavam, pois, lançadas as bases da designada “Estratégia da CPLP para os Oceanos”.<sup>7</sup>

Partindo do pressuposto de que os Estados-membros da Comunidade já não eram alheios à importância da adesão à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, a Estratégia da CPLP para os Oceanos, ao basear-se nas políticas nacionais dos Estados membros, teve um objectivo comum de partilha e união, e também de tomada de consciência sobre a diversidade das realidades de cada país quanto aos níveis de desenvolvimento, bem como

aos aspectos relacionados à caracterização das respectivas inserções geográficas. Assinado em Lisboa, em março de 2010, pelos Ministros da Defesa (e/ou Mar), aquele documento reflete ainda hoje a ferramenta mais importante para a cooperação multilateral integrada, na medida em que tem o mar por objecto e também por instrumento, com base no conceito de desenvolvimento sustentável e da correta gestão dos recursos marinhos.

Assim, compreende-se que a Estratégia para os Oceanos demonstra a tipificação das ações de cooperação, interdependência e interoperabilidade nos mais diversos segmentos, bem como o carácter multidisciplinar de intervenção e, ao mesmo tempo, um sentido de partilha e repartição de tarefas a serem cumpridas pelos Estados-me-

mbros, incluída a cooperação no domínio da Defesa. Sendo a cooperação o eixo central de toda a organização das ações da Comunidade, ela está presente em todas as suas vertentes e constitui o vértice em função do qual se move toda a organização. É neste vértice que se assenta a análise conjuntural e prospectiva dos paradigmas e desafios globais, funcionando como elemento-motor da interactividade e do juízo assertivo na implementação de estratégias e programas de cooperação. Sublinha-se, por isso, a pertinência e o carácter originário da cooperação em geral no âmbito da Comunidade e o seu contributo para a formulação de doutrinas e implementação de iniciativas de interesse comum para os Estados-membros.

A cooperação da CPLP no

domínio da Defesa é, assim, um subsistema da cooperação geral da Comunidade. Com base na recomendação dos Ministros da Defesa de Portugal e dos Palop, de julho de 1998, iniciaram-se as actividades neste componente, tendo o Brasil ainda, numa primeira fase, mantido o carácter de Observador, assumindo como membro de pleno direito três anos mais tarde. Com efeito, os ministros estavam então conscientes do valor e importância que a Cooperação Técnico-Militar (CTM) portuguesa possuía, a nível bilateral, com os Palop e que no entendimento comum e, ao mais alto nível, foi considerada a “vertente primordial da relação fraterna que” vinha se “renovando e fortalecendo entre os respectivos países e as suas Forças Armadas”. Nesse sentido, “decidiram enveredar por uma nova fase desta coope-

ração, alargando-a, em determinados domínios, a um novo conceito de globalização”. Nascia assim o conceito de “Globalização da Cooperação Técnico-Militar”.

Em 1998, o início da instabilidade na Guiné-Bissau levou à criação do Grupo de Contato, reunindo os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores na CPLP para, por meio das vias diplomáticas, encerrar o conflito civil.

A Comunidade adotou a diplomacia preventiva para a gestão de crises internas na África. Assim, a organização buscou importantes aliados no continente, como a Organização da Unidade Africana (OUA) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), no sentido de obter maior aproximação e inte-

gração com as Organizações Regionais Africanas (Bernardino and Leal 2011). A credibilidade obtida resultou no avanço da visibilidade internacional sobre a atuação da CPLP na temática “diplomacia para paz”, representando um importante marco nos assuntos de segurança e defesa (Bernardino and Leal 2011). Em 1999, a Comunidade compôs a primeira Missão de Observação Eleitoral para acompanhar o referendo sobre a autodeterminação de Timor-Leste em 1999.

A Comunidade, desde então, tem demonstrado vocação e maturidade institucional para as Missões de Mediação e as Missões de Observação Eleitoral da CPLP (MOE-CPLP)<sup>8</sup> embora a intervenção da Comunidade nas crises de São Tomé e Príncipe (2003) e mais concretamente na crise de Guiné-Bissau (2012) tenha ficado

aquém das expectativas, pois “[...] the consolidation of the CPLP as an effective inter-governmental organization (IGO) via the Guiné crisis was therefore important to Portugal as broad engagement with Africa as well as for the CPLP as an institution [...]” (MacQueen 2003, 2).

Em 2004, durante a reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a CPLP foi chamada a se pronunciar a respeito do Relatório Especial do Secretário-Geral sobre a Missão da ONU de Apoio a Timor-Leste. Para Bernardino (2008), além de representar um marco para a Comunidade (uma espécie de baptismo de fogo na área de defesa e segurança regionais), essa Missão possibilitou o início de amplos diálogos multilaterais da organização a nível global. Com os resul-

tados relativamente positivos na Guiné-Bissau e em Timor-Leste, durante a III Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Maputo, em 2000, foi assinada a “Declaração Conjunta sobre Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização”, o primeiro documento a fazer referência à cooperação na área de segurança e defesa, o qual traça mecanismos de cooperação e dentre os quais estavam:

Aprofundar a concertação político-diplomática nos domínios da paz, direitos humanos, ajuda ao desenvolvimento, comércio internacional e justiça social; assumir a responsabilidade comum na defesa dos valores e dos objectivos comuns no que concerne ao respeito e à segurança entre as nações (CPLP 2000, s/p).

Assim, na virada para o século XXI, em razão de demandas dos próprios Estados-membros e da conjuntura internacional, a CPLP avançou gradualmente em diversas áreas de cooperação, especialmente na Defesa. Com os resultados positivos da Cooperação Técnico-Militar bilateral de Portugal com os Palop, permitiu-se que se globalizasse aquela experiência partilhando-a entre os Estados-membros da CPLP, sendo que foram identificadas “[...] novas áreas de cooperação a serem concretizadas numa perspectiva globalizante”, figurando entre outras a “[...] criação de um Centro de Análise Estratégica, com sede em Maputo, e núcleos em cada um dos países, fomentando-se uma maior e melhor consciencialização dos assuntos e matérias naqueles domínios [...]”,<sup>9</sup> bem como um Secretariado Permanente para

os Assuntos de Defesa (SPAD) que seria acolhido em Lisboa, inserido na estrutura do Ministério da Defesa Nacional (Bernardino 2011a, 23).

### A COOPERAÇÃO DE DEFESA NO SEIO DA COMUNIDADE

O Acordo sobre a Globalização da Cooperação Técnico-Militar, assinado pelos Ministros da Defesa dos Estados-membros em 25 de maio de 1999, na cidade da Praia, na II Reunião dos Ministros de Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa, fez com que o componente de Defesa da Comunidade evoluísse para a consolidação dos seus Órgãos estruturantes, que têm mantido as iniciativas e atividades de caráter no quadro de uma cooperação estratégica estruturada a benefício de todos e em função do objectivo global de “[...] promover e facilitar a coope-

ração [...] sistematizando e clarificando as acções a emprender” (II Reunião 1999, 2).

Constituiu-se assim uma estrutura dinâmica com base nos seguintes órgãos estruturais: o Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP (SPAD); as reuniões de CEM-GFA; as reuniões de Directores Nacionais de Política de Defesa; as reuniões de Ministros da Defesa da CPLP. Seria ainda criado, para funcionar como órgão do componente de Defesa da Comunidade para pesquisa, estudo e difusão de conhecimentos no domínio da estratégia com interesse para os objectivos globais dos Estados-membros, o Centro de Análise Estratégica da CPLP. Esta caracterização simples e pragmática contida, regra geral, nos normativos pertinentes, engloba, no entanto, uma

multiplicidade de vetores que explicam não só a gênese, mas também o contexto em que se gerou a ideia da criação do Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE-CPLP),<sup>10</sup> bem como as legalidades e meios que assistiram à sua constituição. Outras iniciativas viriam a constituir-se e consolidar-se, designadamente os Exercícios Militares da série “Felino”,<sup>11</sup> a Conferência das Marinhas da CPLP e o Fórum de Saúde Militar.

Um aspecto que, no entanto, importa sublinhar neste componente são as normativas jurídico-políticas respectivas. Na verdade, o quadro jurídico-político dos órgãos e iniciativas acima referidas foi, em primeiro lugar, político e depois jurídico, na medida em que a prática e o seu exercício funcional careceram de imediato da legítimi-

dade que só o nível político poderia fazer evoluir, por meio das Declarações finais da reunião de ministros recomendando as acções, bem como o direcionamento dos projectos a implementar, dando assim espaço para que cada uma das componentes ou níveis se articulassem entre si. E o quadro legal seria criado *a posteriori*, adequando-o à realidade conjuntural (Tavares and Bernardino 2011).

Essa representação legal foi aprovada pelos Ministros da Defesa na cidade da Praia, Cabo Verde, em 15 de setembro de 2006, por meio do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa e que é atualmente o documento-quadro com base no qual se rege a cooperação dos Países da CPLP nesta área. Estando já ratificado pela maioria dos Estados-

membros, não se encontra ainda em vigor, em virtude do seu Artigo 15º estabelecer que aquele instrumento só “[...]” entrará em vigor após a conclusão das formalidades legais, por parte de cada um dos Estados-membros (Protocolo 2006, s/p).

Contudo, sem perder de vista a natureza e o sentido para o qual foi criada a componente de Defesa da Comunidade, é no Artigo 4º do Protocolo que se consubstanciam algumas linhas orientadoras, identificadas pela solidariedade entre os Estados-membros, a sensibilização das comunidades nacionais sobre a importância e o papel das Forças Armadas de cada país na defesa nacional, a partilha de informações, a formação militar, o prosseguimento dos Exercícios Militares “Felino”, o reforço do controle e fiscalização dos espaços marítimos de cada um

dos países e outros (como o fórum de saúde militar, a conferência de Marinhas, entre outros).

Apesar desta restrição legal, o articulado do Protocolo consagra e reconhece a necessidade de estreitar a cooperação no domínio da Defesa, sendo a paz, a segurança, a defesa e as boas relações políticas factores primordiais para uma cooperação proativa, capaz de impulsionar o estreitamento dos laços de solidariedade entre cada um dos Estados-membros, projectando a Comunidade como uma organização de paz e de cooperação para a segurança, defesa e desenvolvimento. Isso significa que a CPLP tem vocação natural para ser parceira com outras organizações de ações e iniciativas conjuntas, em benefício e de interesse comum, como no

caso da articulação com a Zopacas.

Das reflexões que surgiram sobre o Protocolo de Defesa resultou a recomendação dos Ministros da Defesa dos Estados-membros, na XV Reunião realizada em Lisboa, em maio de 2014, para que o componente de Defesa fosse dotado de um mecanismo de aspecto orientador e conceitual, capaz de dar sentido às iniciativas e à cooperação multilateral neste setor. Tratava-se de elaborar um novo instrumento estruturante e também otimizador das sinergias da cooperação, que veio a ser designado por “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”, documento aprovado em 26 de maio de 2015, na cidade de São Tomé e endossado no Conselho Ordinário de Ministros da CPLP, realizado em Díli, em 24 de julho de 2015.

## A IDENTIDADE DA CPLP NO DOMÍNIO DA DEFESA

Sobre a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, importa realçar o carácter inovador do documento, que não apenas reúne os conceitos fundamentais que envolvem a geopolítica e o entorno global dos Estados-membros e, naturalmente, o Atlântico Sul e Norte, mas também pretende ser, do ponto de vista conceitual, a matriz fundamental do componente de Defesa. No vazio da existência de um conceito estratégico da CPLP, esse documento atenta para a importância das entidades colectivas, o que as une, o que as agrega, clarifica e orienta, sendo que no caso da Defesa são os interesses comuns neste setor que potencializam a cooperação em diferentes domínios, maximizando respostas comuns. E este princípio aplica-se, obvia-

mente, ao universo da cooperação que se pretende para o segmento securitário dos Estados-membros no Atlântico Sul. Além disso, o documento identifica a matriz identitária da CPLP com base na Declaração Constitutiva e no atual Estatuto, apontando para o seu vértice fundamental, a cooperação, que comprova a hipótese de pesquisa apresentada.

Mas é evidente também a necessidade do enquadramento do contexto geoestratégico da Comunidade, o qual surge no ponto 2 do documento, onde se identificam algumas dinâmicas de insegurança e de segurança no espaço da lusofonia, resultando daí a exigência de abordagens e capacidades não só multissetoriais, mas também multilaterais. Também a inserção regional dos países da CPLP deve ser vista e o documento incide nesse vetor como uma

mais-valia para a Comunidade, na medida em que impulsiona o aprofundamento da cooperação intra-CPLP.

O ponto 3 do documento identifica os valores comuns e interesses da CPLP no domínio da Defesa e, embora não o fazendo de uma forma exaustiva, o faz de forma clara e com base, uma vez mais, nos princípios gerais e objectivos da organização e em função da circunstância conjuntural, ou seja, vistos numa perspectiva dinâmica que envolve os valores designadamente culturais (caso da língua portuguesa), os valores humanistas e os da democracia e direitos humanos; vê, ainda, na concertação político-diplomática um instrumento fundamental para salvaguarda de interesses comuns, tal como na cooperação a alavanca fundamental do multilateralismo construtivo ou aberto. E

por ser a cooperação (real e potencial) o principal referencial deste documento, o setor militar é referido como um dos melhores exemplos do espírito cooperativo e da interactividade humana e cultural.

Destaca-se também a condição ribeirinha de todos os Estados-membros da CPLP e seu potencial geoestratégico (o mar), seus recursos e sua importância geopolítica no contexto global. O mar constitui, como vimos, a maior janela de oportunidades para a Comunidade:

[...] a condição ribeirinha/marítima de todos os Estados-membros da CPLP proporciona enormes vantagens que importa maximizar. O potencial estratégico do mar advém, entre outros, dos recursos estratégicos aí existentes, da sua importância geopolítica e estratégica no actual sistema internacional e da sua condição de factor de conexão e de desenvolvimento. *Contudo, este*

*enorme potencial, para ser maximizado, tem de ser devidamente explorado e protegido, pelo que a componente de defesa da CPLP tem um importante papel a desempenhar, onde o conhecimento situacional marítimo tem uma relevância acrescida, pois só assim se conseguem combater as ameaças que se materializam no ambiente marítimo [...] (Identidade 2015, 7. Grifo nosso).*

Entretanto, a CPLP representa ainda no setor de Defesa um significativo potencial de dissuasão e que também deve ser desenvolvido no contexto securitário do Atlântico (Sul e Norte). Nesse aspecto, as diferentes e diversas iniciativas multilaterais, vistas à luz dos atuais desafios e que também se encontram referenciados no texto sobre a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa assumem uma importância incontornável. Trata-se de cooperar nos domínios da formação (o que inclui educação,

treinamento, capacitação e valorização das Forças); partilha de informação estratégica relativa às ameaças e aos desafios que se impõem aos Estados-membros com acesso comum a tecnologias e logísticas materiais que racionalizem custos e meios e, ao mesmo tempo, confirmem capacidade de dissuasão e melhor defesa e segurança aos Estados perante os desafios e a rápida evolução tecnológica.

Relativamente aos pilares da Identidade da CPLP no domínio da Defesa, o texto ainda sintetiza as linhas de acção da Comunidade nesta componente, assentando-os na questão dos valores e interesses comuns aos países da CPLP; na mobilização cooperativa; no aproveitamento das sinergias que advêm da idiosincrasia da organização no domínio da defesa; na acção do instrumento militar e da cooperação

daí resultante (Identidade 201-5, 8–9). Acredita-se, aqui, que o termo cooperar tende a se ampliar para partilhar conhecimento, formação, tecnologias, desafios e principalmente resposta às ameaças.

Entende-se que essa partilha corresponde à interatividade assumida como interoperabilidade, o que tende a ser o maior desafio que se impõe à CPLP no quadro de uma nova geopolítica, de uma nova geoeconomia e por consequência, de uma nova geoestratégia que emerge como resposta premente a essas grandes ameaças globais, o terrorismo, expressamente o terrorismo militante, a pirataria e a guerra cibernética. O documento sobre a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa termina com um apelo à vontade e empenho políticos para materialização de ações concretas. Com efeito, os ingre-

dientes da cooperação integrada e interactiva já se encontram expressos nos documentos referidos, afigurando-se necessário o seu aprofundamento e a efectiva operacionalização. Daí que se torna premente o empenho político das instâncias superiores da Comunidade para que a cooperação bi e multilateral se desenhe como resposta coerente e efectiva aos desafios da presente conjuntura e às ameaças globais que os Estados-membros enfrentam, especialmente num momento em que se assiste a uma alteração global e profunda dos paradigmas securitários.

Com efeito, foi no contexto do sistema mundial pós-Guerra Fria que a CPLP emergiu tendo como matriz primacial e originária o património comum da Língua Portuguesa, a sua defesa, promoção e valoração

no contexto global. Para Visentini (2019), os estudos da área de Relações Internacionais e Defesa buscam mensurar o poder mundial, identificando e classificando hierarquicamente as grandes e médias potências, e analisam a geografia do país, riquezas naturais, sua economia e o tamanho e estrutura de sua população, além da posição geopolítica, a estabilidade institucional, participação em organizações internacionais e dimensão e qualidade das Forças Armadas. Assim, sem dúvida, trata-se de elementos basilares, mas a forma como se articulam e sua importância relativa estão relacionadas com outros elementos qualitativos. *em primeiro lugar, há a evolução histórica (cada Estado-Nação tem suas características específicas), o nível de desenvolvimento social e económico, o grau de articulação das elites*

*no poder, a existência de um projecto nacional, as conexões internacionais e o posicionamento no sistema mundial, entre outros* (Visentini 2019, 9–10. Grifo nosso).

Logo, o sistema mundial contemporâneo tem se caracterizado por uma reconfiguração intensa, passando de um conflito intersistêmico (Guerra Fria) à rearticulação do sistema capitalista, pós-Guerra Fria (Halliday 1999), momento histórico que tem sido marcado por intensa complexificação nas conjunturas internas e externas dos Estados. A bipolarização da Guerra Fria foi substituída pela unipolaridade momentânea na última década do século XX, agora posta em cheque com a nascente multipolaridade, baseada na proliferação dos centros de poder e de decisão, Estados ou coalizões, em um período de

clara crise e transição no sistema mundial, sem uma hegemonia inequívoca. A CPLP nasceu e se consolidou, de tal modo, em um ambiente internacional instável, incerto e transitório, mas também oportuno, para que os Estados-membros se aproximassem e associassem em torno de causas comuns.

Verifica-se ainda que os Estados (apesar da crise em que o Estado-Nação se encontra) procuram novos fios condutores de coesão, projecção, defesa e promoção do desenvolvimento econômico e social através da sua integração e aprofundamento estruturante em organizações internacionais e regionais. Em geral, essas organizações têm contiguidade geográfica e são impulsionadoras de uma dinâmica de poderes multipolares e nas quais a palavra cooperação (numa

perspectiva construtivista e até de *soft power*) é primacial e inductora dos novos centros de decisão.

Conceitualmente, os organismos internacionais representam uma associação voluntária entre os países, composta por meio de um tratado, com a previsão de aparelhamento institucional permanente, com personalidade jurídica distinta dos Estados que os constituem e vislumbra alcançar interesses comuns por meio da cooperação entre seus membros (Seitenfus 2012). O sistema mundial pós-Guerra Fria tem se caracterizado, também, por um aumento nesses processos de integração e cooperação (bi, tri e multilateral), sendo a CPLP resultante desse período. Para Rizzi e Cruzichi,

[...] A cooperação complementa a ação externa dos Estados, pois se apresenta como

uma forma de criação e estreitamento de laços políticos, econômicos e culturais, além de conferir maior protagonismo internacional (instrumento de influência e credibilidade). De forma especial, *a cooperação para o desenvolvimento, modalidade mais característica da CPLP, pressupõe um sistema mundial mais diversificado em termos de princípios, programas e práticas, resultado das diferentes experiências históricas* (Rizzi and Cruzichi 2017, 37. Grifo nosso).

Desta forma, equaciona-se também a questão da segurança e defesa, ou seja, dos aspectos securitários dos Estados que são parte daquelas organizações e buscam respostas comuns para os desafios e ameaças transnacionais comuns. Gera-se assim a compreensão pela existência das alianças militares regionais, constituindo pactos de segurança e defesa que, embora limitados ao horizonte geográfico em que

se inserem, também poderão atuar além dele sempre que esteja em causa o interesse e a proteção de qualquer dos membros que as compõem.

Em suma, a presente conjuntura de desafios e alteração de paradigmas no sistema mundial atual traz instabilidades e incertezas aos Estados, mas também oportunidades. Se, por um lado, os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 resultaram de uma evolução que seria previsível ao olhar de alguns, por outro lado marcaram uma ruptura epistemológica com o que era por demais conhecido, e abriram uma rota de imprevisibilidade que acabaria por acentuar-se dramática e drasticamente no *melting pot* dos cenários a que hoje se assiste designadamente no Oriente Médio, Europa oriental,

Extremo Oriente, no continente africano e no próprio continente americano.

A ideia de um poder unívoco que cede o lugar a uma multiplicidade de poderes, fundamentalmente regionais, e onde a multipolaridade das decisões é regra para uma cooperação frutífera, pode ir de encontro das intenções de terceiros, limitando geograficamente o que hoje já não parece ou não pode ser limitável, pela natureza das circunstâncias e o envolvimento global dos atores. Também compreende-se que as diferentes e diversas geopolíticas (sejam do mar, passando pela energia, pelos mercados, pela geoeconomia e pela projecção demográfica ou pelas ameaças transnacionais) estão a gerar novos matrizes que, no seu conjunto, serão determinantes para o futuro da própria humanidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com estes elementos apresentados, parece essencial encarar-se a cooperação da CPLP no domínio da Defesa como vector basilar de sua maturidade institucional, compreendida a maritimidade como seu elemento-chave. Em termos de conclusão, salienta-se que o Atlântico Sul tem sido historicamente uma região que funciona como um corredor aberto e pacífico. Mas, independentemente do desenvolvimento de capacidades dissuasoras, quer em termos de uma estratégia de defesa regional quer na sua operacionalização, não se pode desconectar o que se passa no norte do Atlântico sem avaliar as consequências para o sul. A crescente interdependência e o reforço da cooperação na segurança internacional têm levado ao cômputo directo das

responsabilidades regionais.

Por isso, a CPLP não pode agir nem como bloco defensivo regional nem como estrutura global de defesa capaz de atuar em qualquer cenário (a isso a obrigam a Declaração Constitutiva, os seus Estatutos e nomeadamente o Protocolo da Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa). Tem, no entanto, uma vocação universal de protecção humanitária que consubstancia a sua actuação à resposta aos pedidos de quaisquer dos parceiros em apoio a essas situações e de manutenção de paz no quadro restrito das missões da ONU ou sob sua égide. Aliás, em diversas destas missões de manutenção da paz das Nações Unidas têm participado forças de países da Comunidade, designadamente, Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal<sup>12</sup>. Deve-se, ainda, realçar um

aspecto do texto da Identidade da CPLP no Domínio de Defesa e que se relaciona à questão da interoperabilidade de forças, a qual poderá aplicar-se no contexto de uma arquitectura de segurança marítima para o Atlântico Sul: trata-se de um conceito que esteve sempre presente no seio da Comunidade, pelo menos, desde a institucionalização dos Exercícios “Felino” e, além disso, emerge dos objectivos específicos da cooperação no domínio da Defesa. Destaca-se, assim, a criação de uma plataforma de partilha de conhecimentos em matéria de defesa militar e de segurança marítima e na qual o Centro de Análise Estratégica tem um importante papel a desempenhar, aliado à política comum de cooperação para o desenvolvimento das capacidades militares internas com vista ao fortalecimento das

Forças Armadas dos países da CPLP.

Nesse sentido, o desafio maior da Comunidade reside em saber lançar as pontes do diálogo e da cooperação construtiva e buscar redimensionar algumas deficiências nesse processo, que ainda prosseguem, como a) o limite regional da actuação da CPLP no domínio de concertação político-diplomática e no âmbito da Defesa e Segurança; b) a necessária transformação do arcabouço institucional (construção e publicação de documentos conjuntos entre os Chefes de Estado na área de Defesa e Segurança) em acções de interoperabilidade e práticas. Além destes, identifica-se que c) a cooperação bilateral ainda prevalece sobre a cooperação tri ou multilateral, em termos de Defesa e Segurança (especialmente tendo Brasil ou

Portugal como atores-base dessa cooperação bilateral). Adicionalmente, no contexto africano, são evidentes d) as vulnerabilidades dos Palop no domínio da defesa e segurança, em especial no combate às novas ameaças (de efectivos, recursos, equipamentos, entre outros), embora tenha havido, nestes últimos anos, progressos significativos, nomeadamente em Angola e Cabo Verde (Military Balance 2020).

No contexto de minimizar tais dificuldades, a Comunidade tende a afirmar-se desenvolvendo capacidades no multilateralismo cooperativo, tornando-se cada vez mais uma alternativa num mundo global em que o elemento securitário assume maior importância e se relaciona com o *soft power* dos Estados que desenvolvem capacidades de liderança regional.

Na ótica da presente pesquisa, essa deve ser a meta conceitual para confirmar a CPLP na área da Defesa, contribuindo para impulsionar capacidades nos Estados-membros nas áreas da formação, do partilhamento de informações e do desenvolvimento tecnológico, entre outros. Logo, pela análise da constituição da Comunidade e da realidade de seus Estados-membros, não faltam áreas e possibilidades onde essa interação bilateral e multilateral multidisciplinar podem ser prioritárias à luz da natureza de cada ameaça ou desafio.

Corroborando a hipótese de pesquisa relacionada ao problema inicialmente proposto, vislumbra-se que as motivações da visão geoestratégica da CPLP que resultaram na “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa” são a valorização da

concertação político-diplomática e da cooperação entre os Estados-membros, cuja ampliação das áreas de cooperação em 2002 (aí incluída a Defesa) complementam essa ideia-base da organização, ao fortalecer o aspecto estratégico desta no actual sistema mundial em torno dos mares/oceanos, geopolítica/geoestratégia e cooperação/parceria, classificando a Comunidade como marítima por excelência.

O processo de consolidação da Comunidade deve-se positiva e negativamente às circunstâncias de dispersão geográfica, à inserção regional de cada Estado-membro e aos respectivos compromissos, mas também às vicissitudes internas próprias de dinâmicas político-jurídicas, de desenvolvimento sócio-histórico e econômico, e de segurança e defesa globais.

Essas variáveis podem resultar na percepção de um processo mais lento do que o esperado institucional e legalmente, pois não se pode perder de vista cada evolução histórica, o nível de desenvolvimento, o papel das elites nacionais, a existência ou não de um projecto nacional de cada Estado-membro e seu posicionamento no sistema mundial (Visentini 2019).

Identificam-se, assim, como linhas de ação e visão político-estratégica da CPLP na próxima década, a necessidade de aprofundar a cooperação em todos os setores (respeitadas as legislações e a soberania de cada Estado-membro), a contínua formação de quadros (academias civis e militares), a interacção de diferentes níveis e estruturas de forma a criar uma teia integrada de acções coope-

rativas multilaterais (respeitando os diferentes níveis de desenvolvimento dos países integrantes), o incentivo às áreas da pesquisa científica e tecnológica e dos recursos marinhos (no sentido de contribuir para que cada Estado-membro diminua as faixas de dependências externas, ao passo que se encoraje o desenvolvimento sustentável), o gradual planeamento de recursos (geopolítica da energia e geoeconomia de mercados, por meio da partilha e de interesse comum em prol do desenvolvimento das comunidades) e o aprofundamento da concertação político-diplomática de forma a projectar a imagem da Comunidade no plano externo e nos foros internacionais.

O componente de Defesa dos países da CPLP tem, pois, desde a sua criação em 1999, contri-

buído de uma forma positiva e construtiva para a arquitetura geral de segurança e defesa da Comunidade. Uma análise mais aprofundada traz consigo um conjunto de iniciativas que, apesar de discretas, têm constituído passos importantes para a consolidação e a visibilidade, sobretudo na conjuntura da “Nova Visão Estratégica da CPLP”, datada de 2014.

Por fim, a análise documental e bibliográfica realizada identificou que o trinómio da CPLP (mares/oceanos, geopolítica/geoestratégia e cooperação/parceria) tem se consolidado como a principal plataforma de acção da organização, e isso se identifica no avanço das acções cooperativas na área de Defesa, tomando o carácter de Cooperação estratégica. É essencial a contribuição desse componente não só pelo carácter eminentemente construtivo e coope-

rativo, mas também pelo exemplo de coesão que os diferentes órgãos do componente de Defesa têm demonstrado, inclusive em circunstâncias por vezes complexas. Seguindo o princípio da cooperação bi e multilateral entre parceiros soberanos e iguais no nível decisor da Comunidade, entende-se que estes aspectos são evidenciados na Identidade da CPLP no Domínio da Defesa e orientam, inclusive, para uma cooperação atlântica aprofundada, pois o avanço da cooperação em Defesa complementa essa ideia-base da organização, ao fortalecer o aspecto estratégico da mesma no actual sistema mundial.

## NOTAS

1. Como órgãos da Comunidade: a Conferência dos Chefes de Estado e Governo (previsão de se reunirem uma vez a cada dois anos); o Conselho de

Ministros (uma vez por ano); o Comitê de Concertação Permanente (que se reúne ordinariamente, em Lisboa, uma vez por mês); e o Secretariado Executivo (principal órgão executivo da Comunidade, responsável pela implementação das deliberações emanadas dos demais órgãos). Em 2002, na 4ª Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP, em Brasília, foram constituídas, ainda, a Reunião dos Pontos Focais da Cooperação, e as Reuniões Ministeriais. Como sede da CPLP, foi estabelecida a cidade de Lisboa, única capital que tinha presente embaixadas de todos os países signatários da Comunidade.

**2.** Estes valores tendem a aumentar, a partir das propostas de ampliação das Plataformas Continentais apresentadas na ONU.

**3.** Sete dos atuais nove Estados-membros de pleno

direito da CPLP são países situados no Atlântico (Sul e Norte). No caso do Atlântico, já reconhecido como o mar por excelência da CPLP, e atenta às conhecidas ameaças transnacionais e os focos de instabilidade da região do Golfo da Guiné (com destaque para a pirataria, o tráfico de pessoas e estupefacientes, os fluxos migratórios ilegais, o tráfico de armas) bem como o respectivo impacto nas populações locais, a nova geopolítica dos recursos energéticos do Atlântico Sul alcança uma importância tal que induz a uma nova concertação das seguranças marítimas nacionais. Convém não esquecer que as ameaças no mar têm origem em terra e não no mar, o que obriga a um reforço da cooperação no domínio da segurança e da defesa no seio da Comunidade (Azevedo 2014).

4. Económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico.

5. Educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social.

6. Ver também a Resolução do Conselho de Ministros da CPLP, de 2 de Novembro de 2007, XII CM CPLP/PR.9/2007.

7. Bernardino (2011, 49-50) salienta ainda que “[...] A estratégia da CPLP para os Oceanos rege-se por princípios e objectivos transversais aos demais vectores da cooperação no seio da comunidade, nomeadamente pelos princípios de igualdade soberana dos estados membros; do respeito pela integridade territorial; da promoção do desenvolvimento; e

da promoção da cooperação mutuamente vantajosa. Entre os objectivos da comunidade, contam-se propósitos que podem igualmente ser relacionados com a presente estratégia, como a concertação político-diplomática entre Estados-membros, nomeadamente para o reforço da sua presença na cena internacional e a cooperação em vários domínios, como por exemplo, os da educação, ciência e tecnologia, defesa, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura e desporto”.

8. A CPLP conta com um histórico no domínio da observação eleitoral, tendo realizado missões de observação ao referendo sobre a autodeterminação de Timor-Leste, às eleições para a Assembleia Constituinte e às eleições presidenciais em

Timor-Leste (1999, 2001 e 2002); às eleições autárquicas, presidenciais e legislativas em Moçambique (2003 e 2004); às eleições legislativas e presidenciais na Guiné-Bissau (2004 e 2005); às eleições legislativas e presidenciais em São Tomé e Príncipe (2006); às eleições parlamentares (2007) e eleições presidenciais em Timor-Leste (2007 e 2007); às eleições legislativas em Angola (2008); às eleições presidenciais na Guiné-Bissau (2010); às eleições presidenciais, legislativas e para as Assembleias Provinciais em Moçambique (2009); às eleições legislativas (2010) e presidenciais (2011) em São Tomé e Príncipe e às primeira e segunda voltas das eleições presidenciais em Timor-Leste (2012), bem como às legislativas de 2012. A CPLP enviou, também, uma MOE à primeira volta das eleições presidenciais na Guiné-Bissau (2012) e às

Eleições Gerais em Angola, em 2012. Realizaram-se, ainda, as MOE-CPLP às eleições gerais na Guiné-Bissau (2014) e à segunda volta das eleições presidenciais (2014). Igualmente, a CPLP acompanhou com uma equipe as Eleições Presidenciais na Guiné Equatorial (2016) e enviou uma MOE às eleições em Angola (2017). Registraram-se, ainda, as MOE-CPLP às eleições gerais na Guiné-Bissau (2014), à segunda volta das eleições presidenciais (2014), às eleições presidenciais, legislativas e para as assembleias provinciais na República de Moçambique (2014) e às eleições legislativas, autárquicas e regionais em São Tomé e Príncipe (2014).

9. Estava dado o mote para a criação do Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE/CPLP). O CAE/CPLP está instituído em sua sede em Maputo, Moçam-

bique, e nos Núcleos Nacionais localizados em cada Estado-membro (Ministérios da Defesa). O CAE é o órgão responsável por promover pesquisas na área da estratégia considerando as necessidades dos países da Comunidade. Ele atua desenvolvendo estudos que viabilizem a actualização e aplicação de doutrinas e procedimentos, no domínio da defesa, de interesse comum dos países. O Centro também criou um arquivo divulgando trabalhos a respeito de suas actividades; outro objetivo importante do CAE/CPLP é habilitar, por meio do conteúdo obtido a partir de suas pesquisas, entre os Estados-membros, a tomada de posições concertadas nos diversos fóruns internacionais (Estatuto CAE/CPLP, 2015).

#### **10. Os Exercícios militares**

iniciaram no ano 2000, sendo os dois primeiros realizados em Portugal (o primeiro foi organizado por Portugal), no formato Forças no Terreno (FT), com o objectivo de treinar a actuação conjunta de forças dos países que constituíam a Comunidade. A partir de 2004, deu-se início à rotatividade e, actualmente, os Exercícios são executados com uma periodicidade anual, alterando a versão Exercício na Carta (EC) com a de Forças no Terreno (FT), no ano em que se realiza na modalidade EC, utiliza-se o cenário a ser aplicado no formato FT do ano seguinte. Segundo normas da CPLP, o Brasil, Angola e Portugal sediam os exercícios do tipo FT e as demais nações, as operações em Carta. A série de Exercícios “Felino” foi criada para regularizar a realização de exercícios militares conjuntos e combinados, incentivando a

interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados-membros da CPLP, bem como o treinamento para seu uso em Operações de Paz e de Ajuda Humanitária, no quadro da CPLP ou das organizações regionais, sob a égide da Organização das Nações Unidas (Rizzi

and Cruzichi 2018, 6).

Só assim fazem sentido os Exercícios “Felino”, as iniciativas das Marinhas da CPLP, o quadro normativo da Estratégia da CPLP para os Oceanos, a Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, e fará igualmente sentido a Nova Visão Estratégica da CPLP.

## Perspectivas de Conflitos no Atlântico Sul: Reflexos para a Defesa Nacional

**CEL. SAMUEL VIEIRA DE SOUZA**

**CEL. ANATÓLIO DOS SANTOS JUNIOR**

**CEL. LUÍS FERNANDO GONÇALVES**

**CEL. FERNANDO COSTA ADAM**

**CEL. ROGÉRIO MARQUES NUNES**

**CEL AV MAURO BELLINTANI**

**CMG JORGE LUIZ CORDEIRO DAS NEVES**

### INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade analisar as possibilidades de conflito no Atlântico Sul, elaborando propostas de acção para o País fazer frente a ameaças nessa área estratégica.

Desde as origens do Brasil, o Exército Brasileiro voltou suas atenções prioritariamente para a fronteira terrestre e a Amazônia. Na conjuntura actual, o Brasil tem buscado mudar seu foco do eixo Estados Unidos da América (EUA) - Europa para o seu entorno estratégico,

que compreende não apenas os países da América Latina, mas também os países da costa atlântica da África.

A grande importância estratégica da região e seu potencial econômico, particularmente em relação a fontes energéticas e minerais, são factores que determinam que o Brasil desempenhe um papel de actor proeminente, assegurando a estabilidade e segurança da região, particularmente ante a presença de potências centrais e emergentes. Antecedentes históricos de conflito no subcontinente põe à prova a vocação pacifista da região, o que torna imprescindível a existência de Forças Armadas capazes de exercer o papel de dissuasão frente às possíveis ameaças.

O Atlântico Sul pode ser definido como o espaço marítimo

compreendido entre três frentes continentais, América, África e Antártica; e três corredores, o do norte – constituído pela zona de estrangulamento Natal-Dakar - e dois no sul- respectivamente entre a Antártica e as frentes continentais americana/africana, comandada pelo Estreito de Drake e Passagem do Cabo (CASTRO, 1998). Para o presente estudo, consideraremos que a área de interesse se estende entre os paralelos 16º N e 60º S (Antártica).

Neste trabalho consideraremos o horizonte temporal de longo prazo até o ano de 2030 e abordaremos a seguinte questão: o Exército Brasileiro terá poder dissuasório para se contrapor a possíveis ameaças no Atlântico Sul? Para isso, concluiremos sobre as ameaças reais e potenciais ao Brasil e seus vizinhos originários da região

do Atlântico Sul, particularmente envolvendo potências extra regionais; as motivações com potencial para gerar conflito na área; e como as Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro, devem se preparar para atuar num possível cenário de conflito militar no

### A DEFESA DOS RECURSOS NATURAIS E DA SOBERANIA

O Brasil, possuidor de uma dimensão geográfica continental, encontra-se localizado no leste do Hemisfério Sul, privilegiado por sua extensa costa litorânea banhada pelo Atlântico, oceano este, reconhecido pela Política Nacional de Defesa (PND) e pela Estratégia Nacional de Defesa (END) como espaço prioritário para os interesses brasileiros de segurança e defesa.

No tocante às áreas marítimas,

especificamente de interesse para o País, destaca-se a importância das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), constituídas pelo Mar Patrimonial de 370 km e pela Plataforma Continental de até 648 km de largura, o que representa um total de aproximadamente 4,5 milhões de Km<sup>2</sup>, aumentando em mais de 50% a área do território nacional.

Analisando as AJB do ponto de vista econômico, pode-se destacar que, aproximadamente 95% do comércio exterior é realizado por via marítima, mais de 92% do petróleo e 72% do gás natural são extraídos do mar, isso sem contabilizar as reservas do Pré-Sal. Também são obtidos mais de 45% do pescado, além de abrigar uma enorme biodiversidade ainda não totalmente explorada, base para importantes pesquisas científicas. Cabe ressaltar as

preocupações externadas pelo governo brasileiro sobre a exploração dos chamados nódulos polimetálicos no Atlântico Sul, atualmente em estudo no âmbito da Autoridade Internacional de Fundos Marinhos das Nações Unidas.

Além das AJB, a fronteira marítima entre Brasil-África e as vias de acesso ao Atlântico Sul também são consideradas áreas estratégicas de importância fundamental para o País. No tocante à soberania, algumas preocupações são suscitadas, como o fato do Brasil estar preparado para investir em políticas de efectivo aproveitamento dos recursos marítimos, em pesquisas e, fundamentalmente, em fiscalização e protecção de nossas águas.

Assim sendo, é essencial que o País disponha de diversos meios para exercer a vigilância e a defesa das águas sob jurisdição

nacional, bem como a manutenção da segurança dessas vias marítimas de comunicação e promover os interesses nacionais no exterior.

### **POSSIBILIDADES DE CONFLITO NO ATLÂNTICO SUL**

A importância do mar remonta a antiguidade, quando deixou de ser encarado como divisor de terras para se tornar uma via de ligação entre os continentes. Nesse contexto, o Oceano Atlântico foi bastante utilizado pelos europeus, a partir do final do século XV, para a conquista de territórios na América, África e Ásia, e em seguida tornou-se uma das principais rotas de comércio mundial.

Verificou-se que o Oceano, além oferecer rotas marítimas para o comércio internacional, apresentava outros atrativos, como a pesca e a exploração de recursos minerais. Dessa forma,

passou a ser cobiçado, principalmente pelas grandes metrópoles, que instalaram suas colônias debruçadas sob o mar para facilitar o comércio e a exploração daquelas terras.

Actualmente existem áreas focais que são consideradas estratégicas, devido ao seu posicionamento geográfico (saliente africano, Cabo da Boa Esperança, saliente nordestino brasileiro) e pela descoberta de petróleo na plataforma continental (Bacias de Santos, Cabo Frio e Vitória) e outras que podem reacender antigas questões históricas pendentes.

O Golfo da Guiné, região de grande produção de petróleo e importante via marítima internacional, vem sofrendo a acção de piratas africanos, fato este que tem preocupado diversos países que utilizam aquela rota comercial. Essa situação pode gerar uma intervenção inter-

nacional na área, em particular de grandes potências, caso julguem que apresenta riscos aos seus interesses econômicos.

Desta forma, é preciso ser realista e considerar que todos esses aspectos podem alterar o quadro de relativa calma no Atlântico Sul para uma situação de crise caso as grandes potências julguem que os países litorâneos desse Oceano não têm condições de resolver as questões de segurança e venham a prejudicar seus interesses econômicos e estratégicos na região.

## **POLÍTICA DE COOPERAÇÃO E ALIANÇAS ESTRATÉGICAS**

A formação de alianças depende directamente da identificação dos principais atores que são visualizados com interesses na região do Atlântico Sul: os Estados Unidos da América (EUA), o Reino Unido, a França,

a China, a Rússia e os países da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), dentre outros com menor grau de interferência. Todos possuem relacionamento diplomático com o Brasil.

São vários os exercícios e manobras combinados realizados na área do Atlântico Sul e que contam com a participação brasileira. Destacam-se a operação UNITAS (espectro de operações marítimas específicas), a operação PANAMAX (adestramento de Comandantes e militares de estado-maior nos níveis estratégico e operacional) e o exercício CRUZEX (missões aéreas realizadas no ambiente de guerra moderna).

Com o objectivo de intensificar as acções estratégicas do País para a área do Atlântico Sul, foram levantadas as seguintes medidas que poderão ser

implementadas:

- Buscar em consonância entre a Política Externa Brasileira (PEB) e a PND a visualização de pontos de interesse comuns do Brasil e os países de fora da região, a fim de explorar as oportunidades advindas disso;
- Tomar parte dos principais fóruns internacionais sempre com a participação de especialistas militares de alto nível em estreita atuação com o MRE;
- Valorizar a actuação da diplomacia em estrita coordenação com a PND, propondo a formação de grupos de trabalho de forma integrada entre o MD e o MRE;
- Continuar o planeamento de acordos de cooperação militar de forma efectiva de modo a estar presente em todos os países do entorno estratégico buscando atender a demanda de liderança da região; e
- Iniciar um estudo de viabilidade a fim de verificar que capaci-

dades deverão ser desenvolvidas e que Unidades e Grandes Unidades serão necessárias para atuar no TO Atlântico Sul, e a conseqüente relocação territorial dessas organizações militares nas regiões Norte e Nordeste.

## O EMPREGO DO PODER MILITAR

Ao abordar um TO no Atlântico Sul, a interoperabilidade é o conceito básico. A END tratou do tema, mas há um longo caminho até a sua aplicação plena. Analisando didaticamente cada Força, constata-se que a Marinha do Brasil (MB) e a Força Aérea Brasileira (FAB) também vivenciam processos de transformação alicerçados em projectos estratégicos que buscam incrementar suas capacidades de combate.

Na MB destacam-se os projetos do Sistema de Gerenciamento

da Amazônia Azul (SisGAAz) e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), com quatro novos submarinos convencionais (2018) e um com propulsão nuclear (2025), alinhado com a opção doutrinária de priorizar a tarefa de negação do uso do mar.

Na FAB destacam-se os projetos da aeronave KC-390 (2017) e da aeronave de Caça Gripen (2019). A END afirma que assegurar a superioridade aérea é condição necessária para viabilizar “as operações navais e das operações das forças terrestres no interior do País”. No tocante às capacidades já disponíveis, cita-se a aeronave P3AM, vocacionada para um TO marítimo.

Vislumbra-se como pouco provável que um oponente se aventure em um TO no Atlântico Sul sem o suporte de um robusto poder aeroespacial. Atual-

mente, há apenas 22 navios aeródromos em operação, em marinhas de dez países: Brasil, China, Espanha, EUA, França, Índia, Itália, Reino Unido, Rússia e Tailândia.

Embora o litoral brasileiro possua diferentes características ao longo de toda a sua enorme extensão, foram consideradas três variáveis geográficas, não necessariamente excludentes: TO essencialmente marítimo, como uma interrupção das Linhas de Comunicações Marítimas (LCM); TO no qual uma ou mais ilhas oceânicas tenham papel decisivo nos destinos do conflito; e TO abrangendo porção do litoral, com alguma projecção de poder sobre a terra.

Há boas iniciativas de acções conjuntas, como a aquisição do helicóptero EC-725 e o desenvolvimento de sistemática de planejamento de missões e de

comando e controle, exercitados em operações conjuntas, como a Operação Atlântico. Contudo, percebe-se a necessidade de desenvolvimento de vários aspectos: sintonia entre a Aviação Naval e Força Aérea Componente (FAC); coordenação entre fuzileiros navais e Força Terrestre Componente (FTC); doutrina específica para a Zona de Defesa (ZD); meios antiaéreos de médio e longo alcance; doutrina conjunta de Logística; e consolidação da base industrial de defesa.

## EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE

Com a finalidade de tornar-se capaz de proporcionar ao Brasil o respaldo necessário para enfrentar os novos desafios no cenário internacional, o Exército Brasileiro vem implementando um processo de transformação que tem por finalidade propor-

cionar condições para organizar-se, equipar-se e adestrar-se para obter resultados decisivos nas operações militares, pela capacidade de pronta resposta e pelo adequado e eficiente emprego do poder de combate.

Nesse sentido, de acordo com o documento Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre, o Exército Brasileiro passou a adotar a geração de forças por meio do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC), alinhando-se com o preconizado na Estratégia Nacional de Defesa e na Doutrina da maioria das Forças Armadas dos países ocidentais.

A fim de implementar o seu Processo de Transformação o Exército Brasileiro vem conduzindo os seguintes Projectos Estratégicos<sup>10</sup> indutores da

transformação:

1. Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON);
2. Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER);
3. Defesa Cibernética;
4. Nova Família de Blindados sobre Rodas (Guarani);
5. Defesa Antiaérea;
6. ASTROS 2020; e
7. Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP).

Considerando-se os aspectos estudados, entende-se que para um país da estatura político-estratégica do Brasil, voluntariamente não possuidor de dissuasão nuclear, as acções do seu planeamento estratégico de defesa, devam estar permanentemente orientadas para a implementação de efectivas capacidades militares terrestres que contribuam eficazmente para a dissuasão extra regional almejada.

---

<sup>10</sup>[www.epex.eb.mil.br](http://www.epex.eb.mil.br)

Como premissa do corrente trabalho, considerou-se que sob a conjuntura actual, visando o horizonte temporal de 2030, a formulação de qualquer cenário de conflito externo que configure ameaça à soberania e à integridade do território brasileiro, a partir do Atlântico Sul, somente apresentará condições mínimas de viabilidade - ou de adequabilidade, praticabilidade e aceitabilidade (APA)<sup>11</sup> - se tal cenário considerar a ameaça como proveniente de potência extra regional, invariavelmente com poder militar superior.

PAIVA (2013), baseando-se na experiência chinesa, apresenta uma detalhada e original proposta para a adoção de um sistema brasileiro conjunto de defesa antiacesso e de negação de área, denominado pelo au-

tor de "Sistema Conjunto Antiacesso e Negação de Área" (SCD-ANA).

Assim, dentre as capacidades terrestres do referido sistema, o autor destacou os seguintes subsistemas de maior efeito dissuasório: o de Segurança Cibernética, de Defesa Antiaérea e o de Mísseis de Longo Alcance.

Para efeito do presente trabalho, a partir das informações coletadas, notadamente dos artigos e produtos doutrinários publicados e, especialmente da proposta formulada por PAIVA (2013), a respeito das capacidades antiacesso e negação de área<sup>12</sup>, considera-se que:

- Os atuais sistemas de defesa antiacesso e de negação de área são reconhecidos como efetivamente dissuasores por parte da principal potência

---

<sup>11</sup>Conforme conceito constante da Doutrina de Operações Conjuntas.

<sup>12</sup>A2 / AD antiaccess area denial (termo em inglês).

militar do mundo, os EUA;

- Diferentes países, possuidores de diversificado grau de recursos econômicos, financeiros e tecnológicos vêm avançando continuamente, nos últimos anos, na adoção dos referidos sistemas, particularmente por intermédio da missilização dos respectivos meios de apoio de fogo, com destaque para a adoção de vectores balísticos e de cruzeiro de longo alcance;
- Os sistemas de defesa anti-aérea, de guerra electrónica e de defesa/guerra cibernética possuem grande importância nos sistemas antiacesso e de negação de área observados, assim como as forças mecanizadas, blindadas e de operações especiais.

Assim, levando-se em conta as capacidades acima citadas, verifica-se que estão previstas no Processo de Transformação do Exército, com estratégias e

acções estratégicas que buscam o desenvolvimento dessas capacidades críticas, ainda que direcionadas segundo concepções de emprego diversas das capacidades antiacesso e negação de área apresentadas.

Assim sendo, por meio do desenvolvimento de capacidades militares terrestres e de capacidades operativas, com foco em um planejamento baseado em capacidades pretende-se oferecer contribuição útil à Força Terrestre para a implementação das capacidades dissuasórias mínimas ao nível das ameaças presentes nos cenários de conflitos relativos ao Atlântico Sul desenvolvidos neste artigo.

Dessa forma, buscou-se uma identificação conceitual das ameaças a serem confrontadas ou, preferencialmente, dissuadidas, particularmente em ter-

mos de capacidades, ao invés da construção de cenários com atores/ameaças claramente identificados.

## CONCLUSÃO

Historicamente, a importância do Atlântico Sul está ligada ao desenvolvimento da navegação em mar aberto a partir do final do século XV. O domínio marítimo britânico nos séculos XVII, XVIII e XIX proporcionou a criação de uma diagonal insular no Atlântico Sul, que permanece sob domínio inglês até os dias atuais. A Inglaterra não é a única nação europeia que mantém sua presença no Atlântico Sul. A França manteve seu interesse no continente sul-americano por meio da Guiana Francesa, território ultramarino, praticamente na entrada do Atlântico Sul. Da análise das tensões e conflitos recentes ocorridos na

América do Sul entre nações com projeção para o Atlântico: o episódio conhecido como “Guerra da Lagosta”, na década de 60; a questão de Itaipu e influência sobre a Bacia do Prata, na década de 70; a questão do Canal de Beagle e Cabo Horn, nas décadas de 70 e 80, e a Guerra das Malvinas, em 1982, observa-se a incidência de quatro grandes atores. As duas potências europeias com territórios no hemisfério sul, França e Inglaterra, e os dois maiores países da América do Sul com projeção para o Oceano Atlântico, Brasil e Argentina.

Na continuação desta análise, foram levantadas como possíveis causas de tensões e conflitos futuros na área geoestratégica do Atlântico Sul o interesse internacional na descoberta de novas reservas petrolíferas, bem como de recursos minerais e pesqueiros na plataforma

continental brasileira e na costa africana.

Também no litoral africano, a questão da pirataria no Golfo da Guiné pode ser escalada para uma tensão internacional. Por último, a presença de atores extra regionais como Rússia, China e Índia, pode vir a questionar a hegemonia americana nos oceanos. O aumento da presença e influência desses países no continente africano, nas áreas econômica e militar, bem com o lançamento dessas potências emergentes ao mar, pode suscitar nos EUA a necessidade de uma demonstração de sua força naval.

Com isso, foram levantadas como as principais áreas focais no Atlântico Sul: o Cone Sul Africano onde se encontra o Cabo da Boa Esperança; o saliente africano e o Golfo da Guiné; a região do Estuário do Rio da Prata e sua projecção

sobre o arquipélago das Malvinas; e a Foz do Rio Amazonas com sua projecção para o arquipélago de Fernando de Noronha. Dessas áreas, as duas últimas foram levantadas como as mais possíveis de serem atingidas por um conflito, tendo em vista o histórico contencioso e os atores envolvidos.

Conclui-se então que em um eventual conflito no Atlântico Sul, a FTer poderá ser empregada como: Comando de Zona de Defesa, comando conjunto ativado a partir de um ou mais Comandos Militares de Área situados no litoral; FTC para emprego em Operações Contra Desembarque Anfíbio, defesa de áreas litorâneas estratégicas e defesa de ilhas oceânicas; e no emprego de capacidades assimétricas Antiacesso/Negação de Área (A2/NA).

Da análise de se o Processo de Transformação do Exército

estará coerente com o poder dissuasório necessário para um eventual conflito no Atlântico Sul, chega-se à conclusão que para o emprego da FTer em acções na ZD, o Projecto PROTEGER, que abrange a defesa de infra-estruturas estratégicas críticas, juntamente com os Projectos DEFESA CIBERNÉTICA e DEFESA ANTIAÉREA são de capital importância. Para o emprego como FTC nas acções no litoral e defesa de ilhas oceânicas, o Projecto GUARANI, com a nova família de blindados sobre rodas que serão utilizados pelas unidades de Cavalaria e Infantaria, juntamente com o Projecto DEFESA ANTI-AÉREA, possuem destaque. Para o emprego de capacidades assimétricas Antiacesso/Negação de Área (A2/NA), o Projecto ASTROS 2020, juntamente com os Projectos DEFESA CIBERNÉTICA e DEFESA ANTIAÉREA, contribuem sobremaneira para

ao aumento do poder de dissuasão brasileiro contra um eventual oponente com poder militar superior. Em segundo plano para esta acção estão os Projectos GUARANI e OCOP, este último, devido à sua finalidade de aumentar a capacidade operacional da FTer com a dotação de produtos de defesa modernos e suficientes, permeia o emprego em todas as possibilidades.

Destaca-se a afirmativa de que, em um conflito armado no Atlântico Sul, o emprego das Forças Armadas ocorreria sob o escopo da doutrina de operações conjuntas, com foco na interoperabilidade e respeitadas as especificidades de cada Força. Nesse contexto, a FTer estará inserida com seus projectos estratégicos indutores da transformação em consonância com seu emprego nessas possibilidades de conflitos.

Finalmente conclui-se que é de suma importância que o Exército Brasileiro não apenas se organize para atuar em todo o espectro dos conflitos, como também em todos os cenários

previsíveis mais perigosos, devido à impossibilidade de se saber, de antemão, em que grau de gravidade os nossos interesses essenciais poderão ser ameaçados futuramente.

## Brazil, between the ZOPACAS and NATO

MAÍSA EDWARDS

VINICIUS MARIANO DE CARVALHO

### Abstract

This article explores Brazilian diplomatic and defence interests in the South Atlantic, the country's membership of the Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic (ZOPACAS) and the March 2019 bilateral meeting in Washington, D.C. between Brazil's President Jair Bolsonaro and US President Donald Trump and the latter's suggestion that Brazil become a major non-NATO or NATO ally.

### Key words

Brazil, South Atlantic, ZOPACAS, NATO, United States, Non-NATO ally, NATO ally, Global partner

## INTRODUCTION

The President of Brazil, Jair Bolsonaro, was welcomed in Washington, D.C. by President Donald Trump for their first bilateral meeting on 19th March 2019. Since taking office in January 2019, Bolsonaro has expressed his alignment to his American counterpart. During the press

conference at the White House during Bolsonaro's visit meeting, alongside their condemnations of Venezuela, Cuba and Nicaragua, talk of future Brazilian-American trade deals and Trump's comments on the state of the American economy, Trump raised the possibility of Brazil becoming a major non-NATO ally or potentially even a future NATO ally. Although Trump remarked during the press conference that he would have to first discuss this with "a lot of people", this was an invitation to become a NATO ally. Coming from Trump this is significant and recalling that 'communication agency will be influenced by the organizational power based on the hierarchical importance of the position itself and the class and gender of the agent' (Hallahan

et al, 2007, p.15), in this instance the US President. Currently, Colombia is NATO's sole Latin American partner, with close relations dating back to 2013. If Brazil were, however, to become either a non-NATO ally or even a NATO ally, issues could arise.

Brazil is a founding member of the Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic, commonly referred to as the ZOPACAS. This declaration was established on 27th October 1986 by the United Nations General Assembly (UNGA) via A/Res/41/11. There are currently three South American and twenty-one African member states.<sup>13</sup> Seven ministerial meetings have taken place since the inception of the ZOPACAS with prominent members Brazil, Argentina, Uruguay, South

---

<sup>13</sup>Angola, Argentina, Benin, Brazil, Cape Verde, Cameroon, Republic of the Congo, Gabon, Gambia, Ghana, Guinea, Guinea-Bissau, Equatorial Guinea, Ivory Coast, Liberia, Namibia, Nigeria, Democratic Republic of Congo, São Tomé and Príncipe, Senegal, Sierra Leone, South Africa, Togo and Uruguay.

Africa, Nigeria and Angola having played host. The main focus of the ZOPACAS is the maintenance of the South Atlantic as a zone dedicated to 'the non-introduction of nuclear weapons or other weapons of mass destruction and the non-extension into the region of rivalries and conflicts that are foreign to it' (UNGA, 1986, A/Res/41/11).

This pledge stands in contrast to NATO which, as a political and military alliance between its twenty-nine member states, upholds the principle of collective defence. NATO members the United States, France and the United Kingdom are nuclear weapon states with other members Germany, Italy, Belgium, Turkey and the Netherlands currently participating in a US nuclear weapons sharing agreement. Brazil, as a member of the ZOPACAS, could consequently find itself in opposition

to commitments set out in A/Res/41/11 if it were to become a NATO ally or even a non-NATO ally.

Trump's proposal to invite Brazil into a closer working relationship with NATO in any form could be viewed as an example of strategic communications given that 'purposeful influence is the fundamental goal of communications by organizations' (Hallahan et al, 2007, p.10). His position as the President of the United States, the US being a founding member of NATO, is a significant one. Since his Presidential campaign back in 2016, Trump has continued to express unfavourable views regarding NATO and repeatedly made critical comments concerning some fellow NATO member states. These remarks have demonstrated his reservations about the current terms and conditions of NATO membership. His

views, for example, that other members are not paying their fair dues to the organisation could be interpreted as a desire to potentially change aspects of the way in which NATO is run. It can thus be argued that Trump's proposition to Brazil, a country which is neither a European state nor in the North Atlantic region, is a further challenge to current NATO member states. Trump's offer could then be interpreted as a strategic decision and a demonstration that, at least in his view, NATO might begin expanding beyond the equator and into the South Atlantic region.

### **BRAZIL'S SOUTH ATLANTIC STRATEGY**

Brazil is the largest and one of the most developed countries in the South Atlantic region. With a coastline of over 7000 km, the South Atlantic Ocean is

a principal area of interest for Brazil and has long featured in its diplomatic and defence aspirations. It is therefore of great benefit to Brazil to maintain good if not strong relations with its neighbouring countries, both in South America but also in Africa. Although the 'ZOPA-CAS lacks a number of characteristics typically associated with international organizations, such as a budget, headquarters, a secretary-general and institutional symbols' (Abdenur et al, 2016, p.2), it does have features akin to a diplomatic and defence alliance and is a unique example of a multilateral agreement dedicated to peace and cooperation. The establishment of the ZOPACAS was largely at Brazil's initiative and the country has since played a leading role amongst its fellow member states. This commitment to the ZOPACAS has been observed in many

forms, such as hosting two out of the seven ministerial meetings and convening multiple training exercises. The Brazilian ministry of foreign affairs, commonly referred to as Itamaraty, reinforces the ZOPACAS's importance when it states that 'A ZOPACAS é o principal foro para o tratamento de temas relativos à segurança do Atlântico Sul'<sup>14</sup> (Itamaraty, 2019). This illustrates not only the centrality of the ZOPACAS to Brazil's foreign policy agenda in the South Atlantic but also shows that this remains the case under the Bolsonaro administration.

Brazil's commitment to the role of the ZOPACAS in its defence agenda is evident in its most recent White Book of Defence. It articulates that Brazil “dedica especial atenção à construção

de um ambiente cooperativo no Atlântico Sul, sob a égide da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (LBDN, 2020,p.17). This is consistent with Brazil's interests in the South Atlantic have become predominantly orientated towards advancing its defence, commercial, socio-economic and diplomatic agenda. Also, the Brazilian National Policy of Defence and National Strategy of Defence states: “O fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – Zopacas contribuirá para a consolidação do Brasil como ator regional relevante, aumentando sua influência no entorno estratégico e minimizando a possibilidade de interferência militar de potências extra regionais no Atlântico Sul” (PND/END 2020, 33). These include facing the security challenges

---

<sup>14</sup>The ZOPACAS is the principal forum to deal with matters related to security in the South Atlantic'

that such a diverse geographic area presents as well as Brazil furthering its goal to play a larger role in world politics. Indeed, since the end of the Cold War and the abating of tensions between what were the two Cold War superpowers, Brazil has increased its participation on the world stage, particularly in the realm of peace-keeping operations (PKOs), with Brazilian Force Commanders playing significant leading roles. These PKOs have most notably operated in Brazil's wider geographic region, with MINUSTAH<sup>15</sup> in the Caribbean nation of Haiti and with MONUSCO<sup>16</sup>, in Brazil's fellow ZOPACAS member state, the Democratic Republic of the Congo (DRC). These actions have not

only shown Brazil's dedication to PKOs but the country's involvement in the stabilising of another ZOPACAS member state can be interpreted as a furthering of its commitment to achieving its own diplomatic goals.

By raising its international profile and demonstrating leadership skills in PKOs, Brazil has increased its level of strategic influence on the world stage. The country has successfully positioned itself as a major player amongst second tier countries. Second tier is used here as a descriptor of Brazil's not belonging to the traditional rank of elite countries such as the United States, the United Kingdom and France yet still forging an

---

<sup>15</sup>The United Nations Stabilization Mission in Haiti began in 2004 and ended in 2017. Brazil played an integral role in this PKO, with Brazilian Force Commanders leading the mission and the country's provision of the largest number of troops.

<sup>16</sup>The United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of Congo is an ongoing PKO, which began in 2010. There have so far been three Brazilian Force Commanders.

influential role in the Global South. In addition to building its reputation as a leading figure in PKOs, Brazil has continued to develop economically and belongs to the block of major emerging economies, BRICS, as well as IBSA (India, Brazil, South Africa). Brazil is also one of only three countries in the South Atlantic region, along with Argentina and South Africa, to be members of the G20. This has helped project Brazil's image as a developing country and a major player in the South Atlantic region. Brazil's position amongst other powers in the Global South, such as China and India, has also been elevated in the past decade via factors such as its greater PKO involvement. Although these significant relations with Global South countries have evolved in the previous decade, it is possible

that under the current government in Brazil there may be a different avenue to be explored. During his first year of Presidency, Bolsonaro only conduct state or working visits to Brazil's neighbouring South American countries (Chile in March and Argentina in June) after firstly visit to a European state, Switzerland, to attend the World Economic Forum in Davos in late January, to the United States in March (and before Argentina he has been to Israel in March and United States again, in May). This could be interpreted as a potential change in direction by Bolsonaro as in previous administrations the first state or even working visit was usually to a Latin American country. This stemmed from the emphasis placed on the importance of Latin American cooperation in Brazilian foreign policy. The

Brazilian Constitution even has a section which enshrines the country's commitment to the closer integration of Latin America. Bolsonaro's diplomatic and defence agenda, however, has shown signs of aligning itself more closely with the United States and the advancement of his own personal alignment with Trump himself. It is therefore reasonable to postulate that Trump's proposition to Bolsonaro could lead to a prioritisation of closer relations being developed with not only one of NATO's principal players but even with the organisation itself.

While a change in Brazil's diplomatic and defence agenda by Bolsonaro could be viewed as an asset in terms of an advancement of Brazil's South Atlantic strategy, it is likely to be a hindrance as the country seeks

to expand its influence in its own geographic region. Brazil has developed its reputation as a regional leader, particularly in economic, military and diplomatic sectors. It is also being viewed as an influential country in the Global South. With one of the largest Armed Forces in the Americas, Brazil has sought to build closer links with neighbouring South American countries as well as those in the South Atlantic region. These are reinforced by combined training exercises with the Navies, Air Forces and Armies from nations such as Argentina, Uruguay and South Africa. Given that Brazil's National Defence Policy declares its commitment to ZOPACAS as a way of prevent that conflicts and rivalries foreign to the South Atlantic be projected onto the region, Trump's invitation to Brazil to become either a

non-NATO or NATO ally could provoke a significant change in Brazilian diplomatic and defence agendas and could be interpreted as an expansion of US influence in the South Atlantic region. This view is supported by comments alleged to have been made by Trump during a lunch with Bolsonaro where 'Trump disse que achava a classificação como aliado prioritário extra-OTAN muito pouco para o Brasil e que queria fazer do país um membro pleno da organização'<sup>17</sup> (Folha de S.Paulo, 2019). Any move to try and make Brazil a NATO member would, however, contradict what the National Defence Policy and National Defence Strategy states. It is important to highlight also that Article 4 of the Brazilian Constitution (1988) states that the

international relations of the country centres on principles such as national independence, non-intervention, defence of peace and the peaceful solution of conflicts. This would certainly exclude the possibility of Brazil becoming a NATO member as it would be unable to partake in collective defence or other forms of military intervention, as such actions would be ruled as unconstitutional.

## BRAZIL AND THE ZOPACAS

The establishment of the ZOPACAS occurred in 1986 during a time of friction between the United States and the Soviet Union. The reach of this multi-faceted battleground extended over all major continents and the member states of the ZOPACAS were not immune to Ame-

---

<sup>17</sup>Trump said that he thought that classification as a major non-NATO ally was not enough for Brazil and that he wanted to make the country a full member of the organisation'

rican and Soviet influences. Some member countries during the Cold War, such as Brazil, followed a more US-centric approach, embracing capitalism and anti-Communism. However, Brazil also pursued an independent foreign policy, building and strengthening relations with its neighbours, as well as Socialist countries such as Angola. The ZOPACAS was established with one hundred and twenty-four (124) members of the UNGA voting in favour. It is significant to note that several NATO and influential United Nations member countries such as France and the Netherlands and growing Asian power Japan abstained from voting for A/Res/41/11. The United States, nevertheless, instead went a step further and voted against the establishment of the ZOPACAS. With peace, cooperation, the non-proliferation of

nuclear weapons and security at the core of its agenda, the ZOPACAS is arguably a unique example of peaceful multilateralism in an era of political and military unrest. It is also pertinent to note that 'during the second half of the twentieth century only two inter-state wars can be reported: the 1982 war between Argentina and the UK over the Malvinas/Falkland Islands; and the 1995 border war between Peru and Ecuador' (Herz, 2010, p.602). The idea of being 'conscious of the determination of the peoples of the States of the South Atlantic region to preserve their independence, sovereignty and territorial integrity and develop their relations under conditions of peace and liberty' (UNGA, A/RES/41/11, 1986) is paramount. This commitment to peace is unlike many of the other multilateral agreements, such as

NATO, which upon the collapse of the Soviet Union has expanded in membership with the addition of former Warsaw Pact states.

Before the eventual establishment of the ZOPACAS in 1986, the possibility of a South Atlantic Treaty Organization (SATO) was examined by British academic Dr Andrew Hurrell. He explored the idea of a SATO which would be 'a tightly-knit multilateral system of South Atlantic defence along NATO lines' (Hurrell, 1983, p.179). However, where NATO is a political and military alliance formed shortly after World War II upon facing a progressively more dominant Soviet Union, the ZOPACAS is a declaration committed to the maintenance of peace and cooperation in the strategically important South Atlantic. NATO counts three permanent members of the UNSC, the United

States, France and the United Kingdom as member, countries which possess sizeable arsenals of nuclear weapons. The ZOPACAS, by contrast, is composed of member states that chose not to possess nuclear weapons and come from a range of political and ideological backgrounds. Hurrell emphasises that at the time, 'the divergence of views amongst supposed members of a South Atlantic pact has been so great that its formation was always highly improbable (...) the idea of a South Atlantic pact has simply refused to die' (Hurrell, 1983, p.179). Brazil is consequently a part of an agreement which, in spite of the diverse approaches and different political and ideological outlooks of its member states, although consistent at the time with the competing mantras of the Cold War superpowers, is dedicated to the safeguarding

of a peaceful multilateral relationship between the countries bordering the South Atlantic Ocean.

## BRAZIL AND NATO

Whilst NATO focuses on matters such as collective defence and North Atlantic security, placing high importance on political and military cooperation, the ZOPACAS is concerned with peace and collaboration. Brazil is a leading member of the ZOPACAS, hosting both the 1988 and the 1994 ministerial meetings, in Rio de Janeiro (1988) and Brasilia (1994). As the ZOPACAS 'has as its main objective avoiding the proliferation of nuclear weapons and reducing – or completely eliminating – the military presence of alien forces in the region' (Guerreiro Moreira, 2016, p.360) the possibility of Brazil becoming a

NATO ally is very unlikely. That is, unless the current Bolsonaro administration moves Brazil away from its commitments to the ZOPACAS and chooses to revert to a more US-centric approach. This would be a significant change from Brazil's current diplomatic and defence agenda which has continued to strengthen Brazil's relations with fellow countries in its geographic region and in the Global South. Trump's proposition to Bolsonaro, communicated during their press conference and his comments referring to the hope of advancement of mutual security and cooperation between their countries could, even if the possibility of Brazil becoming a NATO ally is unlikely, influence Brazil's future diplomatic and defence strategy. It is also possible to consider the appeal of fostering closer relations with a NATO

principal player such as the US as being linked to the consideration that 'the balance of power is mainly a function of the tangible military assets that states possess, such as armoured divisions and nuclear weapons' (Mearsheimer, 2006, p.72). As a NATO or a non-NATO ally, Brazil would be entitled to greater concessions in terms of defence purchases, military technology as well as the ability to attend NATO military conferences or potentially participate in NATO training exercises. Colombia, as the only current NATO Latin American partner, has benefited from NATO cooperation and addressed many of its own security challenges. Via collaboration on training exercises, transparency, construction, security and building integrity, Colombia has succeeded in developing its own diplomatic and defence agenda.

Together with NATO, a greater programme of shared objectives on military education and strategies to combat organised crime and terrorism have also been established. These have arguably assisted Colombia in the advancement of its own strategic agenda via its position as a NATO global partner. The country is beginning to project a stronger image of new development following the long period of conflict between the Colombian state and FARC. The international news organisation, Reuters reported that Colombia would, in the words of the then former President, Juan Manuel Santos, 'join as a "global partner" which means it will not necessarily have to take part in military action, and will be fully accredited in Brussels', (Reuters, 2018) with British newspaper, the Daily Telegraph, confirming this report. If Brazil

were to become a NATO global partner in the same way as Colombia, there could be significant advantages. An Individual Partnership and Cooperation Programme (IPCP) would need to be agreed between NATO and Brazil which would, however, need to take into consideration Brazil's constitutional commitments as well as its commitments to the ZOPACAS. This would likely be the only way Brazilian-NATO cooperation could work.

As a country which borders Venezuela, Colombia, like Brazil, has been affected by the current crisis in that country and is arguably on the verge of becoming more involved. During their meeting, Bolsonaro and Trump both deplored the situation in Venezuela with Trump calling President Maduro “nothing more than a Cuban puppet”. This critique is consis-

tent with his view of the threat of Socialism as an ideology and as a system of governance. Trump's remark that “the twilight hour of Socialism has arrived in our hemisphere” could also be a veiled reference to the recent peace agreement signed in Colombia between the state and the FARC. The existing opposition by the left-leaning political parties in the Colombian Congress as well as the likely resistance by the Brazilian Congress, respectively regarding the possibility of Colombian or Brazilian involvement in Venezuela, demonstrates that there is a reluctance in some quarters in response to the risk of entering into a potential conflict in South America. For Colombia, any military action in a bordering country could also be perceived as too soon after its own internal peace accord with the FARC. A second Latin

American partner to the US or NATO could therefore be seen as advantageous for the US. It remains to be seen whether Venezuela will succeed in resolving its own issues without external intervention and possible military and diplomatic scenarios are a consideration.

Public opinion in Brazil would also need to be evaluated. Brazil's reputation as a principal figure in PKOs is a source of pride for the Brazilian people and the country itself has known peace since its participation in World War II. The involvement of Brazilian troops in any international military conflict could therefore be met with indignation by the Brazilian public. Although Trump's comments, regarding his hope that the Venezuelan military will rescind its support for President Maduro, indicate a view that no involvement may be

necessary, his offer to Brazil to become a major non-NATO or even NATO ally could show that possible developments in Venezuela, which could include Brazil, were being considered.

As Bolsonaro's relationship with Trump strengthened, his administration might also have concluded that potential US pressure and the prospect of NATO support in dealing with Brazil's problematic neighbour could be beneficial. Nevertheless, whilst Brazil is a member of the ZOPACAS, it is aligned to multilateral cooperation commitments which do not condone involvement in conflicts or permit foreign military bases on its national territories. This commitment to the ZOPACAS would therefore make the possibility of foreign military involvement in Venezuela a contentious issue. The UNGA declaration A/Res/41/11 delineates

'the need to preserve the region from measures of militarization, the arms race, [and] the presence of foreign military bases' (UNGA, 1986, A/RES/41/11). This emphasises the ZOPACAS's dedication to peace and cooperation in the South Atlantic and stresses the need to remove foreign powers from the geographic region. As the ZOPACAS was established in 1986, only four years after the Falklands/Malvinas War, this can be interpreted as a critique of the British presence in the Falkland/Malvinas Islands. If Brazil were to become a NATO ally and potentially allow American troops to be stationed in Brazil and militarily involve themselves in Venezuela, this would contravene A/Res/41/11. Until now, for Brazil at least, this provision in the ZOPACAS declaration has allowed it to develop closer diplomatic

and defence relations with its neighbours on either side of the South Atlantic Ocean and pursue its own agenda, without potential interference from foreign powers. Membership of the ZOPACAS has also permitted Brazil to exercise more regional authority and exert its own influence on fellow ZOPACAS members. Trump's further comments during the White House press conference regarding a conversation with Bolsonaro about permitting US companies to make space launches from Brazil, could be expected to raise concerns about foreign interference. The stationing of US personnel in Brazil, of which some would most likely be from the US security services and the military, could also be seen to contradict Brazil's commitments to the ZOPACAS. Although geopolitical circumstances in 1986 were dif-

ferent to those of today, the commitments made by the member states of the ZOPACAS, the most central being the maintenance of peace and security in the region, are still obstacles. There is also the matter of the Brazilian Constitution (1988). As Article 4 states Brazil's commitment to the defence of peace, the peaceful solution of conflicts and non-intervention, there is no clear path to Brazilian military involvement in Venezuela. Any actions taken in that regard would be judged as unconstitutional.

Although President Bolsonaro's administration may view the possibility of Brazil becoming a NATO or even non-NATO ally as a means to further its military development, this would contravene the commitment that the ZOPACAS 'contribute significantly to the strengthening of international peace

and security and to promoting the principles and purposes of the United Nations' (UNGA, 1986, A/Res/41/11). If the country were to align itself more closely with the United States or NATO, Brazil could risk losing its reputation as a country dedicated to peace as well as risk engaging in a conflict in its own continent. This would affect Brazil's image both internationally but also in Brazil itself. Brazil's public image as a peaceful and non-interventionist country has been an integral part of both its internal and foreign narrative. It is at the heart of Brazil's principles of diplomacy and, after all, the commitment to the peaceful resolution of conflicts is enshrined in its Constitution (1998). The criticisms made by Trump and Bolsonaro, during their Washington press conference, regarding the current political

situation in Venezuela demonstrate their opposition to Maduro's regime. Trump has previously suggested the possibility of military involvement in Venezuela and his comment to Bolsonaro that the two Presidents were "going to have a fantastic working relationship" may have alluded to an intention by Trump to rely more on Brazil to enforce greater pressure on Venezuela in the US's stead. This is consistent with Trump's praise of Brazil's support of the "Venezuelan people" and their shared recognition of Juan Guaidó as interim President. Bolsonaro also reiterated their administrations' joint interest in securing democracy in Venezuela. While Trump's invitation to Brazil is significant, the strategic agendas of both Brazil and the United States are not focused on the same goal. Any official

moves towards designating Brazil as an ally of any form would need to be agreed upon by the other NATO members as well as the approval of the Brazilian legislative institutions. Following the 2020 election in the United States and a new elected President, the likelihood of Brazil becoming a NATO ally in the immediate future is slim.

## CONCLUSION

President Trump's invitation in March 2019 to designate Brazil as a potential major non-NATO or even NATO ally is a noteworthy proposition in the current geopolitical climate. As the President of a global power, Trump's words were the subject of international attention and any offer made to Brazil has a great deal of significance for that country and its neighbours.

Brazil's commitments to its own Constitution (1998), its current diplomatic and defence agenda and ZOPACAS membership are at odds with a NATO role. Colombia also provides a benchmark for current Latin American relations with NATO and its role as a NATO global partner has arguably allowed it to develop its own agenda. A proposition was made to a Brazilian President who is an evident admirer of Trump and of the United States and his administration could decide to make significant changes in Brazil's South Atlantic and regional agenda as well as potentially create a new US-aligned diplomatic and defence strategy. A second Latin American NATO global partner or potential ally could also have been advantageous not only to Trump's strategy to secure more influence in South America but to demo-

nstrate to other NATO member states that he wanted changes made to the terms and conditions of NATO membership.

Whilst the idea of moving south of the equator and incorporating Brazil as a major non-NATO or NATO ally does seem unlikely, Brazil's inclusion as a global partner, in perhaps a similar framework to that of Colombia, could be an option. Brazil's membership of the ZOPACAS and its commitments to A/Res/41/11 are fundamental in these evaluations as they are viewed as an integral part of the country's current diplomatic and defence agenda. The new administration in USA may open a new chapter in this discussion. It is likely that President-elect Biden's administration will not favour Brazil's approach to NATO in the same way as President Trump's administration did.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### **Triângulo Estratégico da CPLP: A Centralidade de Moçambique e Sua Importância Geoestratégica**

AZEVEDO, Francisco Duarte, (2014), Texto para a intervenção no VIII ENABED, Brasília.

BERNARDINO, Luís & José Santos Leal, (2011), “A Arquitetura De Segurança E Defesa Da Comunidade Dos Países De Língua Portuguesa”, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional.

CHICHAVA; José, (2008),” As Vantagens e Desvantagens Competitivas de Moçambique na Integração Económica Regional”. Maputo.

LEAL, Catarina Mendes, RIBEIRO, José Félix, (2015), “As Ásias, a Europa e os Atlânticos sob o signo da Energia: Horizonte 2030”. Lisboa.

MATIAS, Rui Xavier Fernandes, TCor Eng Tm, (1995), “Análise Geopolítica d Moçambique”, IAEM.

MIGLIACCI, Paulo, (1994), “Os Descobrimentos: Origens da supremacia europeia”. São Paulo: Editora Saraiva.

MIN, José Ho, (2010),” Importância dos portos marítimos de Moçambique numa perspectiva estratégica”, IESM. Lisboa  
Revista da Escola de Guerra Nava, (2009), p.123-153- “A Competição no Oceano Indico à Luz do Emergente Triangulo Estratégico”. Rio de Janeiro, nº 14.

SILVA, Janice Theodoro, (1987), “Descobrimentos e Colonização”. São Paulo: Editora Ática.

SITOE, José A. (2020), “As linhas de acção política estratégica da CPLP”, in Revista 01 do CAE/CPLP, disponível em: WWW.CAECPLP.ORG.

<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/11569/1/TCOR%20HO%20MIN%20A%20import%C3%A2ncia%20dos%20Portos%20Mar%C3%ADtimos%20de%20Mo%C3%A7ambique.pdf>

[https://www.researchgate.net/publication/319981843\\_A\\_Nova\\_Rota\\_da\\_Seda\\_e\\_a\\_recriacao\\_do\\_sistema\\_sinocentrico](https://www.researchgate.net/publication/319981843_A_Nova_Rota_da_Seda_e_a_recriacao_do_sistema_sinocentrico)  
<https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/67028/40021>

### **A “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa”: Uma Visão Ampliada para a Cooperação em Defesa**

II Reunião dos Ministros de Defesa Nacional dos Países de Língua Portuguesa. 1999. 24 e 25 de maio, Praia, Cabo Verde. <https://www.cplp.org/Admin/Public/DWSDownload.aspx?File=%2FFiles%2FFiler%2Fcpplp%2Fredes%2Fdefesa%2FDECLARACAODAPRAIA-II.pdf>.

Alvaro, Nuno, (1993), Brasemb Praia [MSG OF nº 00414A], 04/09/1993, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 05 p.  
Azevedo, Francisco, (2014), “A CPLP e o Atlântico Sul”. Anais do VII ENABED. Brasília.

Azevedo, Francisco, and Luís Manuel Brás Bernardino, (2016), “Uma nova visão geoestratégica Na Comunidade de Países de Língua Portuguesa. A identidade da CPLP no Domínio da Defesa”. Revista PROELIUM X, no. 10: 21–42. Lisboa: Academia Militar. [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/10856/1/03\\_F.Azevedo\\_L.Bernardino.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/10856/1/03_F.Azevedo_L.Bernardino.pdf).

Bernardino, Luís Manuel Brás, (2008), “Estratégias de Intervenção em África. Uma década de segurança e defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”. Lisboa: Editora Prefácio.

Bernardino, Luís Manuel Brás. 2011a. “A Segurança Marítima no seio da CPLP: Contributos para uma Estratégia nos Mares da Lusofonia”. Revista Nação e Defesa, no. 128, 5a série: 41–65. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional. [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4744/1/NeD128\\_LuisManuelBrasBernardino.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4744/1/NeD128_LuisManuelBrasBernardino.pdf).

Bernardino, Luís Manuel Brás, and José Santos Leal, (2011b), “A Arquitectura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”. IDN Cadernos, no. 6. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional. [https://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/midncaderno\\_6.pdf](https://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/midncaderno_6.pdf).

Brasemb Praia, (1990), [OF C nº 00122], 09/04/1990, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 01 p. Relações Cabo Verde-Portugal.

Brasemb Praia, (1992), [OF C nº 0031-00112], 02/04/1992, Praia [para] EXTERIORES/DAF-II, Brasília. 04 p. Brasil e Portugal nos PALOP.

CPLP, (2006), Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa. [https://cplp.defesa.pt/Normativos/20060915\\_Protocolo%20Cooperacao%20CPLP%20Dominio%20Defesa.pdf](https://cplp.defesa.pt/Normativos/20060915_Protocolo%20Cooperacao%20CPLP%20Dominio%20Defesa.pdf).

CPLP, (2007), Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (com revisões em São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007). [https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos\\_CPLP\\_REVLIS07.pdf](https://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLIS07.pdf)

\_\_\_\_\_. (2012), Normas para a Realização de Exercícios Militares da CPLP. [https://cplp.defesa.pt/Normativos/Normas\\_Exercicios Militares\\_CPLP.pdf](https://cplp.defesa.pt/Normativos/Normas_Exercicios_Militares_CPLP.pdf).

\_\_\_\_\_. (2016), Protocolo que Altera o Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa. [https://cplp.defesa.pt/Normativos/20160520\\_Revisao%20do%20Protocolo%20de%20Cooperacao%20da%20CPLP%20no%20Dominio%20da%20Defesa%20\(pendente\).docx](https://cplp.defesa.pt/Normativos/20160520_Revisao%20do%20Protocolo%20de%20Cooperacao%20da%20CPLP%20no%20Dominio%20da%20Defesa%20(pendente).docx).

Gerhardt, Tatiana Engel, and Denise Tolfo Silveira (Org.). (2009), “Métodos de pesquisa”. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Halliday, Fred, (1999), “Repensando as Relações Internacionais”. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.

Huntington, Samuel P. (1997), “O Choque de Civilizações e a recomposição da Ordem Mundial”. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.

Identidade da CPLP no Domínio da Defesa, 2015. 26 de maio. [https://cplp.defesa.pt/Normativos/20150526\\_IDENTIDADE%20DA%20CPLP%20NO%20DOMINIO%20DA%20DEFESA.pdf](https://cplp.defesa.pt/Normativos/20150526_IDENTIDADE%20DA%20CPLP%20NO%20DOMINIO%20DA%20DEFESA.pdf).

MacQueen, Norrie, (2003), “A Community of Illusions? Portugal, the CPLP and Peacemaking in Guiné-Bissau”. *International Peacekeeping* 10, no. 2: 1–26, DOI: 10.1080/714002450. [https://www.academia.edu/1362444/A\\_Community\\_of\\_Illusions\\_Portugal\\_the\\_CPLP\\_and\\_Peacemaking\\_in\\_Guin%C3%A9-Bissau](https://www.academia.edu/1362444/A_Community_of_Illusions_Portugal_the_CPLP_and_Peacemaking_in_Guin%C3%A9-Bissau).

Military Balance, (2020), “The Military Balance 2020”. *International Institute for Strategic Studies (IISS)* 120, cap. IX, 444–514.

Minayo, Maria Cecília, (1994). (Org.). “Pesquisa social: Teoria, Método e criatividade”. 20 ed. Rio de Janeiro: Vozes.

Mongiardim, Maria Regina de. (2014), “A nova face da CPLP”. [https://www.acade-MIA.EDU/10284452/A\\_NOva\\_face\\_da\\_CPLP](https://www.acade-MIA.EDU/10284452/A_NOva_face_da_CPLP).

Moreira, Adriano, (1993), “Oceano Moreno. Revista Ciência e Trópico”, vol. 21, 239–51. <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/543/383>.

Nye, Joseph S. (2004), “Soft Power: The means to success in World Politics”. Foreign Affairs.

Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa. 2006. 15 de setembro. Praia, Cabo Verde.

Rizzi, Kamilla Raquel, (2014), “O Grande Brasil e os Pequenos Palop: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe”. Porto Alegre: Leitura XXI/Cebrafrica.

Rizzi, Kamilla Raquel, and Isabella Cruzichi, (2017), “A CPLP como mecanismo de atuação do Brasil no Atlântico Sul: a ampliação da cooperação, os desafios e a possibilidade de liderança”. Revista Brasileira de Estudos Africanos 2, no. 4: 32–63. <https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/79143/47055>.

\_\_\_\_\_. (2018), “Os Exercícios Felino 2017 e a Cooperação em Defesa e Segurança na CPLP”. Boletim de Conjuntura Nerint 3, no. 8. Porto Alegre. <https://www.ufrgs.br/NERINT/WP-CONTENT/UPLOADS/2018/04/BOLETIM-DE-CONJUNTURA-v.3-N.8.PDF>.

Seitenfus, Ricardo, (2012), “Manual das organizações internacionais”. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

Tavares, Rodrigo, and Luís Brás Bernardino, (2011), “Speaking the language of security: the Commonwealth, the Francophonie and the

CPLP in conflict management in Africa”. *Conflict, Security & Development* 11, no. 5: 607–36, DOI: 10.1080/14678802.2011.641771.

[https://www.academia.edu/1432111/speaking\\_the\\_language\\_of\\_security\\_the\\_commonwealth\\_the\\_francophonie\\_and\\_the\\_cplp\\_in\\_conflict\\_management\\_in\\_africa](https://www.academia.edu/1432111/speaking_the_language_of_security_the_commonwealth_the_francophonie_and_the_cplp_in_conflict_management_in_africa).

Visentini, Paulo Fagundes, (2019), “Eixos do poder mundial no século XXI: uma proposta analítica”. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* 8, no. 15: 9–25. <https://seer.ufrgs.br/austral/>.

### **Perspectivas de Conflitos no Atlântico Sul: Reflexos para a Defesa Nacional**

ALMEIDA, E. C.; BERNARDINO, L. M. B. (2013), “A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: Organizações interzonais para a persecução da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica”. *Revista Militar*, Lisboa, nº 2532.

ALVARES, G. L. de. (1995), “Las relaciones Argentina-Sudafrica desde el proceso hasta Menen”. Rosário: Ediciones Cerir.

BAKKER, M. P. R. (1969), “O problema da delimitação das águas territoriais e a solução para o Brasil”. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, n 1-3.

BÁRBARA, Marcelo de Jesus Santa, (2015), “Projeção de poder com soft power: a convergência entre a atuação do Exército Brasileiro e a Política Externa do Brasil para a África (2003-2014)”. 254 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança) – Universidade Federal Fluminense, NiteróiRJ.

BRASIL. Constituição (1988), Constituição da República Federativa do Brasil; Promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a

Emenda Constitucional Nº 85, de 26-2-2015. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 5 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto Legislativo nº 373. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. Disponível em  
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2013/decretolegislativo-373-25-setembro-2013-777085-publicacaooriginal-141221-pl.html>>. Acesso em: 24 mai.2015.

\_\_\_\_\_. (2014), Exército. Catálogo de Capacidades do Exército. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. (2014), Doutrina Militar Terrestre. 1ª Ed. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. (2012), Instruções Gerais para o Sistema de Doutrina Militar Terrestre. 3ª Edição. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. (2014), Operações. 4ª Ed. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. (1998), Operações Contra Desembarque Anfíbio. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. (2012), O Processo de Transformação do Exército. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 97. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp97.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm)>. Acesso em: 5 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 117. Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp117.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp117.htm)>. Acesso em: 5 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 136. Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a

organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado- Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Disponível em < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp136.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp136.htm)>. Acesso em: 5 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. (2012), Marinha. Base de Hidrografia da Marinha em Niterói. O Brasil e o Mar no Século XXI: Relatório aos tomadores de decisão do País. Revista. 2.ed., rev., Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. (2014), Marinha em Revista - Edição Especial. Os Projetos Estratégicos da Marinha do Brasil. Ano 04, Número 10, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. (2012), Ministério da Defesa. Doutrina de Operações Conjuntas. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. (2005), Política Militar de Defesa. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. (2005), Estratégia Militar de Defesa. Brasília, DF.

\_\_\_\_\_. Serviço de Documentação Geral da Marinha. “Além da Amazônia Azul: Projeção Estratégica do Brasil no Atlântico Sul”. Revista Marítima Brasileira, Trimestral, V. 132 n. 01/03 - jan./mar. 2012, Rio de Janeiro.

CASTAGNIN, D. (1984), “Poder global y geopolítica”. Buenos Aires: Pleamar.

CASTRO, T., Delegado de Carvalho, C. M. (1956), “A Questão da Antártida”. Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro, n. 142.

CASTRO, Terezinha de. (1998), “Atlântico Sul: Geopolítica e geoestratégia”. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. COUTAUBÉGARE, H. Geoestratégie de L'Atlantique Sud. Paris: PUF.

DEFESA AEREA NAVAL. O papel da Marinha no Atlântico Sul-SEMINÁRIO. Disponível em:<<http://www.defesaaereanaval.com.br/tag/atlantico-sul?print=pdfpage>>. Acesso em 31 mai. 2015.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States Air Force. Air Mobility

Command, Global En Route Strategy. Disponível em <http://www.au.af.mil/awc/africom/documents/GlobalEnRouteStrategy.pdf>>. Acesso em 27 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. United States Southern Command. Posture Statement of General John F. Kelly, United States Marine Corps, USA, March 2015. Disponível em: [http://www.southcom.mil/newsroom/Documents/SOUTHCOM\\_POSTURE\\_STATEMENT\\_FINAL\\_2015.pdf](http://www.southcom.mil/newsroom/Documents/SOUTHCOM_POSTURE_STATEMENT_FINAL_2015.pdf)>. acesso em 10 abr. 2015.

FERREIRA, Renato Rangel, (2014), “Operações Navais no Século XXI: a Amazônia Azul”. In: Revista Marítima Brasileira. Volume 134, n. 04/06, abr./jun. 2014. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha.

FRAGA, J. A. (1983), “La Argentina y el Atlantico Sur”. Buenos Aires: Institute de Publicaciones Navales.

GALANTE, Alexandre. “Porta-aviões São Paulo será modernizado de 2015 a 2019 para operar até 2039”. Matéria veiculada em 04 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2014/12/04/porta-avioes-sao-paulo-seramodernizado-de-2015-a-2019-para-operar-ate-2039/>>. Acesso em 18 jun 2015.

HARDY, James. “Japan commissions helicopter carrier Izumo”. In: IHS Jane's Defence Weekly. Matéria veiculada em 25 de março de 2015. Disponível em: <http://www.janes.com/article/50196/japan-commissions-helicopter-carrier-izumo>>. Acesso em 18 jun 2015.

IPEA. Boletim de Economia e Política Internacional. “O Atlântico Sul nas Perspectivas Estratégicas de Brasil, Argentina E África Do Sul” – Alcides Costa Vaz. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim\\_internacional/110614\\_boletim\\_internacional06\\_cap7.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/110614_boletim_internacional06_cap7.pdf). Acesso em 31 mai. 2015.

LEITE, Márcio Dantas Avelino, (2011), “Planejamento Estratégico das

Forças Armadas Baseado em Capacidades: Reflexos para o Exército Brasileiro”. Coleção Meira Mattos - Revista das Ciências Militares , v. 24, p. 33-49.

LOPES, Roberto. Entrega do submarino Riachuelo S-40 ao setor operativo da Marinha passou para 2018. Matéria veiculada em 14/02/2015. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2015/02/14/entrega-do-submarino-riachuelo-s40-aosetor-operativo-da-marinha-passou-para-2018/>>. Acesso em 18 jun 2015.

LHAVER, M. del C. (1981), “Atlantico Sur”. Buenos Aires: CEIA.

\_\_\_\_\_. (1984), “La incidência del conflicto MALVINAS em el subsistema del Atlantico Sur”. Geopolitica, v. 20.

LOPES, Roberto. Entrega do submarino Riachuelo S-40 ao setor operativo da Marinha passou para 2018. Matéria veiculada em 14/02/2015. Disponível em: <<http://www.naval.com.br/blog/2015/02/14/entrega-do-submarino-riachuelo-s40-aosetor-operativo-da-marinha-passou-para-2018/>>. Acesso em 18 jun. 2015.

MOURA NETO, Julio Soares de. (2010), “Defendendo o pré-sal. In: Segurança internacional: perspectivas brasileiras”. Rio de Janeiro: Editora FGV.

MOURÃO, F. A. A. (1986), “Reflexões sobre uma política para as relações internacionais em relação ao continente africano: o papel da sociedade civil”. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Campos do Jordão. Anais... Campos do Jordão: ANPOCS, 1986.

NOTHEN, Mauricio Reis, (2014), “A evolução do pensamento em estratégia marítima: paradigmas para a formulação e implementação de políticas marítimas”. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

OLIVEIRA, J. M. A. (1994), “O Atlântico Sul no século XIX: uma

abordagem estratégica”. Stvidia, Lisboa, n. 52.

PAIVA, Luís Eduardo Rocha, (2013), “O jogo do poder na faixa atlântica do entorno estratégico nacional e seus reflexos para a defesa e projeção do Brasil”. Rio de Janeiro.

PESCE, Eduardo Ítalo, (2014), “Além da Amazônia Azul: crescimento econômico e adequação do Poder Naval”. In: Revista Marítima Brasileira. Volume 134, n. 04/06, abr./jun. 2014. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha.

SERRANO, Marcelo Oliveira Lopes, (1994), “Conflitos futuros e a organização do Exército”. Rio de Janeiro: ECEME, 2012. SILVA, A. C. e. O Brasil, a África e o Atlântico Sul no século XIX. Stvidia, Lisboa, n. 52.

SILVA, Fernando Augusto Valentini da. (2013), “O Processo de Transformação do Exército: extensão, fontes e fatores intervenientes”. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – ECEME, Rio de Janeiro.

SPYKMAN, N. (1942), “Estados unidos frente al mundo”. México: Fondo de Cultura.

TRINDADE, Valério Stumpf. Centro de Armas Combinadas. Revista Profissional do Exército dos EUA – Military Review: Cenários, Operações no Amplo Espectro e Brigadas de Cavalaria Mecanizadas. Military Review. Ed. Nov/Dez 2013.

VIDIGAL, A. A. F. (1985), “A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro”. Rio de Janeiro: Bibliex.

VIGARIE, A. (1990), “Géostratégie des océans”. Caen: Paradigma.

## **Brazil, between the ZOPACAS and NATO**

Abdenur, A., Mattheis, F. and Seabra, P. (2016), “An ocean for the Global South: Brazil and the zone of peace and cooperation in the South Atlantic”. Cambridge Review of International Affairs, p.1-20.

Alexander, H. (2018), “Colombia to be Nato's first Latin American 'partner' as country prepares for elections which could spell end of peace deal”. [online] The Telegraph. Available at: <https://www.telegraph.co.uk/news/2018/05/26/colombia-join-nato-country-prepares-elections-could-spell-end/> [Accessed 29 Mar. 2019].

Bloomberg.com. (2019), “Brazil Isn't Ready for Trump's Invitation to NATO”. [online] Available at: <https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2019-03-23/brazil-isn-t-ready-for-trump-s-invitation-to-nato> [Accessed 26 Mar. 2019].

Bloomberg Politics. (2019), “Trump Says He Intends to Make Brazil a Non-NATO, Maybe NATO, Ally”. [online] Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=tjKJXMFdWOY> [Accessed 26 Mar. 2019].

CBS News. (2019), President Trump holds joint press conference with Brazil's President Jair Bolsonaro, live stream. [online] Available at: [https://www.youtube.com/watch?v=zpizXj\\_nQ00](https://www.youtube.com/watch?v=zpizXj_nQ00) [Accessed 28 Mar. 2019].

De Seixas Corrêa, L., (2013), “Brazil in the United Nations”, 1946 - 2011. FUNAG. Brasília, Brazil.

Folha de S.Paulo. (2019), Em almoço fechado, Trump diz querer Brasil como membro pleno da Otan. [online] Available at: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/em-almoco-fechado-trump-diz-querer-brasil-como-membro-pleno-da-otan.shtml> [Accessed 1 Apr. 2019].

Governo Brasileiro. (2012), Livro Branco de Defesa Nacional - Ministério da defesa. Brasília, Brazil

Guerreiro Moreira, L.G. (2016), "Priorities for Brazilian Cooperation in the South Atlantic. Tensões Mundiais", Fortaleza. V.21. N.22. p.359-368

Hallahan, K., Holtzhausen, D., Van Ruler, B., Verčič, D. and Krishnamurthy, S. (2007), "Defining Strategic Communication, International Journal of Strategic Communication", 1:1, 3-35, DOI: 10.1080/15531180701285244

Herz, M. (2010), "Concepts of Security in South America, International Peacekeeping". 17:5, 598-612, DOI: 10.1080/13533312.2010.516938

Hurrell, A. (1983), "The Politics of South Atlantic Security: A Survey of Proposals for a South Atlantic Treaty Organization". International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1994-), Vol.59, No.2. Oxford University Press. p.179-193.

Itamaraty.gov.br. (2019), Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. [online] Available at: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul> [Accessed 28 Mar. 2019].

Itamaraty.gov.br. (2019), Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic. [online] Available at: <http://www.itamaraty.gov.br/en/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/6369-zone-of-peace-and-cooperation-of-the-south-atlantic> [Accessed 28 Mar. 2019].

Mearsheimer, J.J. (2006), "Structural Realism", in Dunne, T., Kurki, M., Smith, S., (Ed.) International Relations Theories: Discipline and Diversity. Oxford University Press. p. 71-88.

Reuters. (2018), Colombia to be NATO's first Latin American global partner. [online] Available at: <https://www.reuters.com/article/us-colombia-nato/colombia-to-be-natos-first-latin-american-global-partner-idUSKCN1R0E8> [Accessed 29 Mar. 2019].

Reuters. (2019), Trump forges bond with Brazil's Bolsonaro in White House visit. [online] Available at: <https://uk.reuters.com/article/uk-usa-brazil/trump-forges-bond-with-brazils-bolsonaro-in-white-house-visit-idUKKCN1R024M> [Accessed 24 Mar. 2019].

Un.org. (1986), United Nations General Assembly, A/RES/41/11. Declaration of a zone of peace and co-operation in the South Atlantic. [online] Available at: <http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r011.htm> [Accessed 3 Oct. 2018].

